

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE/PE

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO
SEGUNDO MONITORAMENTO
DE AUDITORIA OPERACIONAL
(PROCESSO TC Nº 1107485-1)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA (Prefeitura de Olinda)

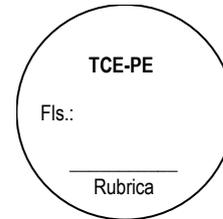
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DE OLINDA

Conselheiro Relator:
Marcos Nóbrega

Equipe:
André Augusto Viana
Arnóbio Vanderlei Borba
Candice Ramos Marques

Recife, setembro - 2013

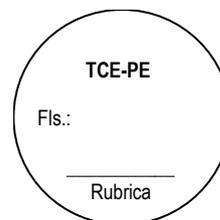




AGRADECIMENTOS

O sucesso das auditorias operacionais e dos monitoramentos depende do relacionamento e da colaboração estabelecidas entre a equipe de auditoria e os dirigentes e técnicos das entidades e programas auditados. Há de se registrar que a equipe do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco foi muito bem recebida pelo Secretário de Educação da Prefeitura de Olinda, Sr. Paulo Valença, pela representante da Educação Básica, Sra. Maria de Fátima Guerra, e pela representante da Divisão de Educação de Jovens e Adultos, Sra. Jaciara França.

O monitoramento contou, também, com a cordialidade e participação de técnicos do Departamento de Acompanhamento e Registro (DARE), do Departamento Financeiro da Secretaria de Educação da Prefeitura de Olinda e de coordenadores e diretores das escolas municipais visitadas.



RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) objetiva restaurar o direito à educação a indivíduos com 15 anos ou mais, que não puderam ou não tiveram a oportunidade de usufruir desse direito na época devida, oferecendo igualdade de oportunidades para a entrada e permanência no mercado de trabalho, além de qualificação para uma educação permanente. Foram focadas, durante a auditoria, as ações relacionadas ao sistema de controle, à disponibilização de material didático e capacitação dos professores, às articulações interinstitucionais e às condições oferecidas para o acesso e permanência dos alunos nas escolas. O presente trabalho corresponde ao segundo monitoramento das recomendações proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado referente à Auditoria Operacional (AOP) realizada no ano de 2006 na Prefeitura Municipal de Olinda.

A coleta das informações que auxiliaram o processo de monitoramento foi realizada através de: observação direta; solicitação e análise de documentos e relatórios; entrevistas semi-estruturadas em campo com gestores; e visitas a dez escolas da rede municipal (Prof^ª. Joana Sena, Dr. Manoel Borba, Prof^ª. Norma Coelho (CAIC), Santa Tereza, Vereador José Mendes, Alexandre Barbosa Lima, Dom Azeredo Coutinho, Lions Dirceu, José Mariano e Duarte Coelho).

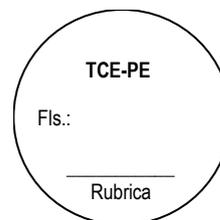
Para os diversos problemas que poderiam comprometer os objetivos da EJA (achados negativos), identificados pela equipe de auditoria, foram emitidas um total de trinta e cinco recomendações, as quais foram analisadas no presente processo de monitoramento. Em conjunto com os gestores envolvidos na EJA, a equipe de auditoria analisou o estágio de implementação das ações corretivas, a fim de aferir se os referidos achados persistem, conforme disposto no Apêndice A deste relatório.

As recomendações foram classificadas conforme seu grau de implementação, constatando-se que:

- 31,5% foram implementadas;
- 8,6 % encontram-se em fase avançada de implementação;
- 25,7% encontram-se em fase inicial de implementação;
- 17,1% ainda não foram implementadas; e
- 17,1% não são mais aplicáveis.

Observou-se, também, que três dos achados foram completamente sanados. Em futuro monitoramento, buscar-se-á confirmar se os demais problemas identificados foram, de fato, sanados e avaliar os impactos provenientes das implementações observadas.

Cabe destacar algumas informações obtidas durante a realização deste monitoramento, são elas: a gestão da EJA continua a dispor, como verificado no primeiro monitoramento, de informações importantes acerca dos alunos, a exemplo dos números de aprovados, reprovados, desistentes e transferidos, a partir dos quais foram calculados os percentuais de aprovação, reprovação e desistência – 35,92%, 16,94% e 44,11%, respectivamente. Apesar de



tais dados representarem importante fonte para o planejamento de ações da gestão da EJA, o acompanhamento ocorre apenas de forma anual, dificultando uma atuação mais efetiva no combate ao abandono e às dificuldades enfrentadas pelos alunos.

A Secretaria de Educação formalizou, no Plano de Ação EJA (abril de 2010), ações de combate à evasão escolar, tendo por objetivos a realização de trabalhos que resgatem a autoestima e valorize a identidade dos alunos. Apesar dos avanços realizados, como inexistente procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA, pode-se concluir que o problema foi apenas atenuado.

Verificou-se que a entrega dos livros didáticos ocorreu de forma tempestiva, assim como a dos materiais didáticos. Quanto à adequação dos livros às necessidades da EJA, os resultados demonstraram que o problema foi sanado. Pesquisa realizada com professores revelou que 84,6% dos mesmos consideram os livros adotados de boa qualidade e que 92,7% avaliam que os livros didáticos adotados atendem à proposta curricular em vigor.

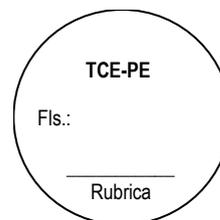
Quanto à aferição do cumprimento da carga horária pelas turmas de EJA, salienta-se que foi estabelecido um sistema de controle alternativo, pela gestão da EJA, com base na quantificação de dias letivos. Contudo, tal controle ainda não se mostrou eficiente no que se refere a embasar a reposição dos dias não cumpridos. Dentro do contexto de cumprimento de carga horária, vale ressaltar a interferência de fatores externos às salas de aula. Entre os que causam impacto negativo, destacam-se o choque de horário com o trabalho e os problemas pessoais (familiares, de saúde).

Apesar de ter havido realização de concurso público, a Divisão de EJA ainda não foi beneficiada com os novos servidores, de modo que a deficiência de pessoal permanece.

Houve manutenção da oferta de turmas de EJA dos níveis 4 e 5, com relação às informações do primeiro monitoramento. As turmas diurnas continuaram a ser ofertadas na Escola Professora Norma Coelho (CAIC), contudo na forma de uma turma compartilhada, com alunos dos níveis 2 e 3.

No que se refere ao acesso a informações orçamentárias e financeiras, apesar de constatada a necessidade de realizar, desde o primeiro monitoramento, uma identificação mais detalhada das despesas e de mencionada a intenção, por parte da gestão do setor financeiro, de implantar tal prática, já para o exercício de 2010, não houve mudanças na situação.

Desde o exercício de 2008, em seu Plano de Ação, a gestão da EJA informou que implantaria os indicadores resultantes de um consenso entre a auditoria e os gestores - percentual de turmas que recebem o livro didático até um mês após o início das aulas; quantidade de horas de formações e/ou aperfeiçoamentos em EJA; e percentual de satisfação dos professores com a formação em EJA. Contudo, até o presente momento, os mencionados indicadores ainda não foram implantados.



Lista de siglas

AOP	Auditoria Operacional
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CONFITEA	Conferência Internacional de Jovens e Adultos
DARE	Departamento de Acompanhamento e Registro Escolar
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAFEPE	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PA	Plano de Ação
PAE	Plano de Ações Estratégicas
PEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PMO	Prefeitura Municipal de Olinda
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
POB	Programa Olhar Brasil
PPA	Plano Plurianual
PPP	Proposta Político-Pedagógica
PPT	Programa Plurianual de Trabalho
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDO	Secretaria de Educação de Olinda
SEPLAMA	Secretaria de Planejamento, Transporte e Meio Ambiente
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira
TCE/PE	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Lista de figuras

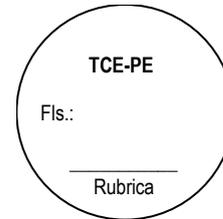
Figura 1 – População de Olinda em 2010, por faixa etária.....	10
Figura 2 – Organograma Secretaria de Educação de Olinda	12
Figura 3 – Estrutura da EJA	12

Lista de quadros

Quadro 1 – Relação de escolas municipais visitadas.....	10
Quadro 2 – Matrícula de turmas diurnas de EJA.....	49
Quadro 3 – Situação dos achados e da implementação das recomendações	68

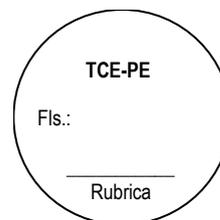
Lista de tabelas

Tabela 1 – Número de turmas e alunos de EJA, por nível.....	13
Tabela 2 – Livros didáticos	35
Tabela 3 – Quantitativo de alunos matriculados nos diversos níveis de EJA entre 2008 e 2011	49
Tabela 4 – Quantitativo de escolas, turmas e alunos atendidos pela EJA municipal nos níveis 4 e 5	53
Tabela 5 – Percentuais de rendimento geral das turmas de EJA	54
Tabela 6 – Motivos para desistência.....	55



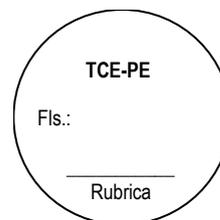
Lista de gráficos

Gráfico 1 – Acompanhamento dos recursos orçamentários para a Valorização da Educação Básica	14
Gráfico 2 – Acompanhamento dos recursos orçamentários previstos para a EJA	14
Gráfico 3 – Informação sobre recebimento de materiais didáticos em 2010	31
Gráfico 4 – Informação sobre recebimento de materiais didáticos em 2011	31
Gráfico 5 – Informação sobre recebimento dos livros em 2010	32
Gráfico 6 – Informação sobre recebimento dos livros em 2011	32
Gráfico 7 – Situação de implementação das recomendações	66
Gráfico 8 – Situação dos achados negativos de auditoria	66



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. ANTECEDENTES	8
1.2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA E DO MONITORAMENTO.....	8
1.3. OBJETIVOS E ESCOPO DA AUDITORIA E DO MONITORAMENTO	9
1.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	9
2. VISÃO GERAL	10
2.1. RELEVÂNCIA.....	10
2.2. LÓGICA DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	12
2.3. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS.....	13
3. RESULTADOS DO MONITORAMENTO	15
3.1 ADEQUAÇÃO DOS CONTROLES PARA GERENCIAMENTO DA EJA	15
3.1.1 Informações sobre o desempenho dos alunos	16
3.1.2 Procedimentos para contatar alunos que faltam.....	26
3.2 ADEQUAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO DISPONIBILIZADO E DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ÀS NECESSIDADES DA EJA	29
3.2.1 Disponibilização de livros e materiais didáticos.....	29
3.2.2 Atendimento das necessidades de alunos e professores pelo livro didático.....	34
3.2.3 Adequação das capacitações	38
3.3 FATORES EXTERNOS QUE INTERFEREM NA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA EJA	42
3.3.1 Cumprimento da carga horária.....	42
3.3.2 Articulação da gestão da EJA com outros órgãos e programas municipais	45
3.4 ACESSO E PERMANÊNCIA NA EJA	48
3.4.1 Acesso do público-alvo à EJA	48
3.4.2 Permanência dos alunos na EJA	50
3.5 OUTROS ACHADOS	56
3.5.1 Estrutura física e de pessoal para o gerenciamento da EJA	56
3.5.2 Informações orçamentário-financeiras da EJA	58
4. MONITORAMENTO E INDICADORES DE DESEMPENHO	60
5. ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO GESTOR.....	61
6. CONCLUSÃO	62
7. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO.....	67
APÊNDICE A	68
ANEXOS	72



1. INTRODUÇÃO

1.1. Antecedentes

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), realizou, em 2006, Auditoria Operacional (AOP) no então denominado Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) – Processo TC 0602927-9. A decisão do processo, formalizada no julgamento realizado em 30 de agosto de 2007 (Decisão TC 1143/07), resultou em recomendações e na necessidade de elaboração, por parte dos gestores, de um plano de ação. As recomendações proferidas por esta Corte visaram à melhoria da gestão e dos resultados da Educação de Jovens e Adultos e permanecem cabíveis para as ações atualmente realizadas.

Para a avaliação do então Programa, a auditoria subdividiu sua análise em quatro questões. A primeira examinou os controles existentes e sua adequação ao gerenciamento administrativo e pedagógico da Educação de Jovens e Adultos (EJA); a segunda verificou o material didático e a formação dos professores da EJA; a terceira investigou a existência de ações articuladas entre a gestão e outros órgãos e programas, objetivando minimizar a interferência de fatores externos no processo de escolarização; e, por fim, a quarta questão analisou as condições oferecidas aos alunos para o acesso e permanência na escola.

O Plano de Ação (PA)¹ elaborado pela Secretaria de Educação (SEDO), protocolado em novembro de 2007, estabeleceu objetivos, responsáveis e datas para implementação de ações que buscavam resolver os problemas identificados pela auditoria. Em outubro de 2009 foi finalizado o primeiro monitoramento, com a finalidade de verificar a adoção das medidas previstas no mencionado Plano de Ação e, conseqüentemente, a solução dos achados² negativos.

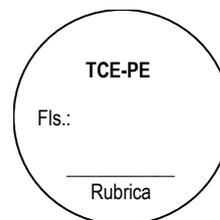
Dando continuidade ao ciclo de Auditoria Operacional, o TCE/PE formalizou o Processo TC 1107485-1 para a realização do segundo monitoramento.

1.2. Identificação do objeto da auditoria e do monitoramento

O objeto deste segundo monitoramento são as ações relativas à Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Olinda, ofertadas a indivíduos com quinze anos ou mais de idade e que não tiveram oportunidade de participar dos níveis regulares de educação, com especial foco nas ações previstas no Plano de Ação.

¹ O Plano de Ação é o documento elaborado pelos gestores que contém ações, prazos e responsáveis com o objetivo de solucionar os achados negativos encontrados pelos técnicos deste Tribunal.

² Achados são fatos significativos observados pelo auditor durante a execução da auditoria. Geralmente estão associados a falhas e irregularidades, mas podem conter pontos fortes da instituição auditada.



1.3. Objetivos e escopo da auditoria e do monitoramento

O segundo monitoramento visa avaliar a situação dos achados e aferir:

1. Se as recomendações contidas na Decisão TC 1143/07, implementadas até o final do primeiro monitoramento, continuam adequadas ao cenário atual e estão sendo observadas pela atual gestão;
2. Se as recomendações contidas na Decisão TC 1143/07, não implementadas até o final do primeiro monitoramento, continuam adequadas ao cenário atual e se foram implementadas;
3. Se as recomendações não implementadas até o primeiro monitoramento, foram implementadas até o período de finalização do segundo monitoramento;
4. Se os problemas identificados na gestão da EJA foram solucionados, tendo por base as ações propostas no Plano de Ação.

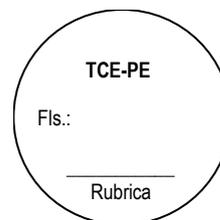
O escopo deste segundo monitoramento abrange os achados negativos, identificados na auditoria realizada em 2006, e suas respectivas recomendações.

1.4. Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de avaliar a implementação das recomendações exaradas pela auditoria, foram utilizados instrumentos como pesquisa documental, estudo da legislação específica, entrevistas semiestruturadas com o gestor, observação direta em algumas escolas (descritas a seguir), análise de dados e relatórios gerenciais e aplicados questionários a professores e alunos das escolas que compuseram a amostra. As visitas para coleta de dados e aplicação dos questionários foram realizadas em dez escolas da rede municipal de ensino, conforme detalhado posteriormente.

As inspeções às escolas ocorreram no período de 30 de novembro a 22 de dezembro de 2011. Os questionários aplicados compreenderam questões fechadas referentes à percepção de alunos e professores acerca, em especial, do funcionamento da EJA, da utilidade de livros e demais materiais didáticos, dos fatores que podem resultar em evasão escolar e do processo de capacitação dos professores.

A seleção das escolas a serem visitadas foi realizada de acordo com as cinco regiões geográficas do município de Olinda, com base no que foi avaliado por ocasião do primeiro monitoramento, tendo em vista a necessidade de ser mantida uma sequência de informações que possibilite comparação. Foram adicionadas, além das escolas analisadas durante o primeiro monitoramento, sete escolas, com o intuito de ampliar a capacidade de avaliação da implementação de ações que visem a sanar os problemas identificados pela auditoria.



Quadro 1 – Relação de escolas municipais visitadas

Escolas seleccionadas no primeiro monitoramento ³	Profª. Joana Sena
	Dr. Manoel Borba
	Profª. Norma Coelho – CAIC
Escolas acrescentadas no segundo monitoramento	Esc. Santa Tereza
	Esc. Vereador José Mendes
	Esc. Alexandre Barbosa Lima
	Esc. Dom Azeredo Coutinho
	Esc. Lions Dirceu
	Esc. José Mariano
Esc. Duarte Coelho	

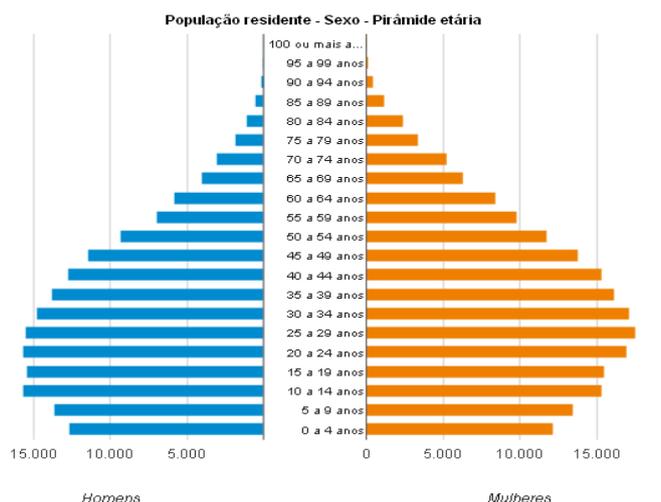
Fonte: Equipe de auditoria

2. VISÃO GERAL

2.1. Relevância

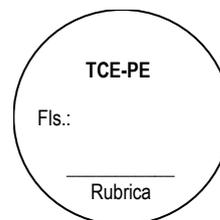
De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2010, Olinda possui uma área de 41,66 Km², com população estimada para 2010 de 377.779 pessoas, composta por 174.724 homens e 203.055 mulheres. O Município detém uma alta taxa de densidade demográfica, estimada para 2010 em 9.068,36 hab/km², a maior do Estado. A população com quinze anos ou mais alcança o total de 294.308 habitantes, representando 77% da população local.

Figura 1 – População de Olinda em 2010, por faixa etária



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

³ A Escola Prof. Hélio Maia, objeto de análise por ocasião do primeiro monitoramento, não disponibilizou turmas de EJA para o exercício de 2011, de modo que foi excluída da amostra do segundo monitoramento.



Especificamente em relação à educação, os dados do IBGE revelam que dos 294.308 habitantes de Olinda com quinze anos ou mais de idade, 20.648 são analfabetos, o que representa uma taxa de 7,02%. Comparando tais dados com os do censo anterior (ano 2000), salienta-se que houve melhora da taxa de analfabetismo para a faixa etária em análise. Em 2000, os dados revelavam um total de analfabetos de 26.800, correspondendo a 9,9% da população considerada.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) prevê expressamente a necessidade de oferta de educação para aqueles que não puderam ter acesso na idade própria⁴. No entanto, o Brasil ainda tem, aproximadamente, 19 milhões de analfabetos na faixa etária de quinze anos ou mais, número que corresponde a um percentual de 10% da população⁵.

Para atuar no combate ao analfabetismo na faixa etária em questão, existem programas e ações praticados pelos governos municipais, que disponibilizam oportunidade de ingresso nas escolas para conclusão do ensino fundamental, quais sejam: o Programa Brasil Alfabetizado; a Ação de Educação de Jovens e Adultos (EJA); e o Pró-jovem.

Buscando garantir a inclusão social das camadas menos favorecidas da população, a Secretaria de Educação de Olinda vem desenvolvendo ações específicas para a elevação da escolaridade de jovens e adultos na expectativa de que tenham melhores condições para ingressarem no mercado de trabalho. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a EJA foi inserida como modalidade da Educação Básica, atualmente ensinosa fundamental e médio, sendo reconhecida como direito público subjetivo. Nesse sentido, a partir do ano de 2001, Olinda passou a disponibilizar à população essa modalidade de ensino, através do Programa Educação de Jovens e Adultos (PEJA), com o objetivo específico de ofertar o ensino fundamental a indivíduos a partir de quinze anos de idade, divididos em cinco níveis que correspondem ao ensino da alfabetização até a oitava série.

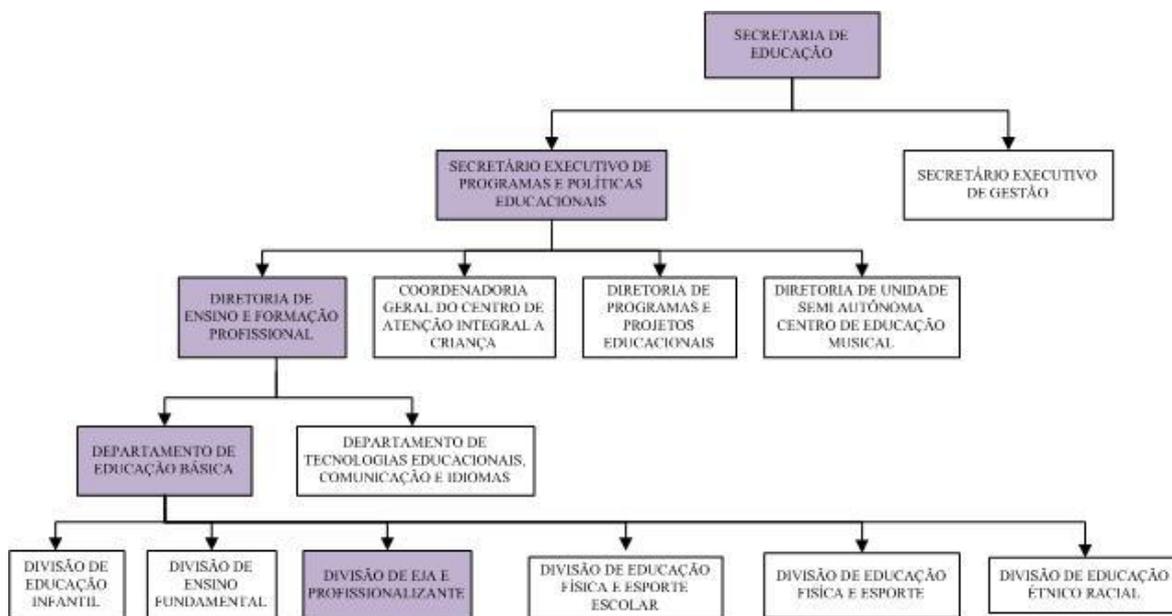
Salienta-se que, atualmente, a EJA não se constitui mais em um programa, uma vez que foi incorporada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), estando classificada como uma ação. É gerenciada, no município de Olinda, pela Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação, mais especificamente pela Divisão de EJA. O organograma da Secretaria está demonstrado na Figura 2, a seguir.

⁴ CF/88, art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional 59, de 2009).

⁵ Dados coletados no site do IBGE, referentes ao censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>



Figura 2 – Organograma Secretaria de Educação de Olinda

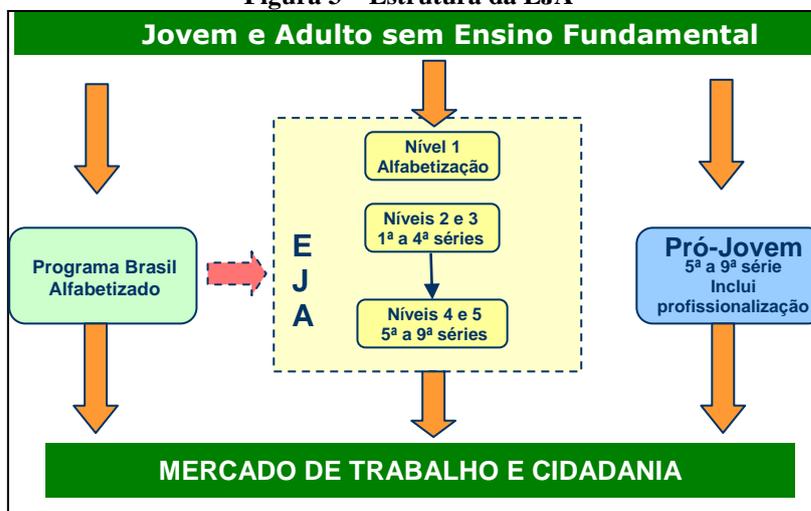


Fonte: Equipe de auditoria com base nas informações fornecidas pela Secretaria de Educação

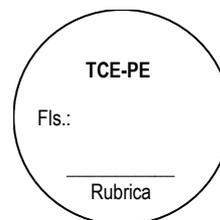
2.2. Lógica das Ações da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A política de Educação de Jovens e Adultos em Olinda foi organizada de acordo com a lógica a seguir:

Figura 3 – Estrutura da EJA



Fonte: Equipe de auditoria - Relatório Consolidado de Auditoria (Processo TC 0602927-9).



Jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir o ensino fundamental, contam com três opções para continuar seus estudos: aqueles que ainda não foram alfabetizados poderão ingressar no Programa Brasil Alfabetizado e, em seguida, nas turmas de EJA; poderão ingressar diretamente nas turmas de EJA no nível 1 a 5, de acordo com o seu grau de conhecimento; e, por fim, aqueles que possuem a 4ª série do ensino fundamental concluída, poderão ingressar no Pró-jovem, que corresponde ao curso de 5ª a 8ª séries, com características de curso profissionalizante.

De acordo com o informado pela Divisão de EJA e pelo Departamento de Acompanhamento e Registro Escolar (DARE), no exercício de 2010 o município dispunha de 36 escolas com turmas de EJA e no exercício de 2011, de 32 escolas com turmas de EJA. A distribuição da quantidade de turmas, por nível, está detalhada na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de turmas e alunos de EJA, por nível

Níveis de EJA	2010		2011	
	Nº turmas	Nº alunos	Nº turmas	Nº alunos
Nível 1	15	331	6	130
Nível 2	37	809	18	444
Nível 3	33	876	38	1.006
Nível 4	19	597	19	649
Nível 5	19	482	18	580
Total	123	3.095	99	2.809

Fonte: Equipe de auditoria, com base em informações do DARE.

2.3. Informações orçamentárias e financeiras

De acordo com informações prestadas pelo Departamento Financeiro da Secretaria de Educação da Prefeitura de Olinda, as despesas da EJA estão inseridas em diversos níveis e modalidades de ensino. A previsão orçamentária especificamente para a EJA é utilizada apenas para pagamento da folha de pessoal (*Vide* fls. 248 a 255).

Tendo em vista tais considerações, vale salientar que as ações da EJA estão contidas no programa “Valorização da Educação Básica - FUNDEB” (Programa 3021), expresso no Plano Plurianual (PPA) da Prefeitura Municipal de Olinda referente ao período de 2010 a 2013, que tem por objetivo garantir o funcionamento das atividades das escolas nas áreas administrativas, pedagógicas, financeira e pessoal, visando o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem da Rede Municipal de Ensino. Salienta-se que no PPA anterior, referente ao período de 2006 a 2009, o objetivo era a melhoria da qualidade do ensino público nas escolas da Rede Municipal e estava contido no programa “Educação Cidadã”. O gráfico a seguir destaca a evolução dos recursos atrelados ao Programa durante os quatro anos de duração do PPA em vigor.

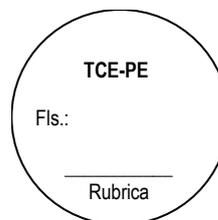
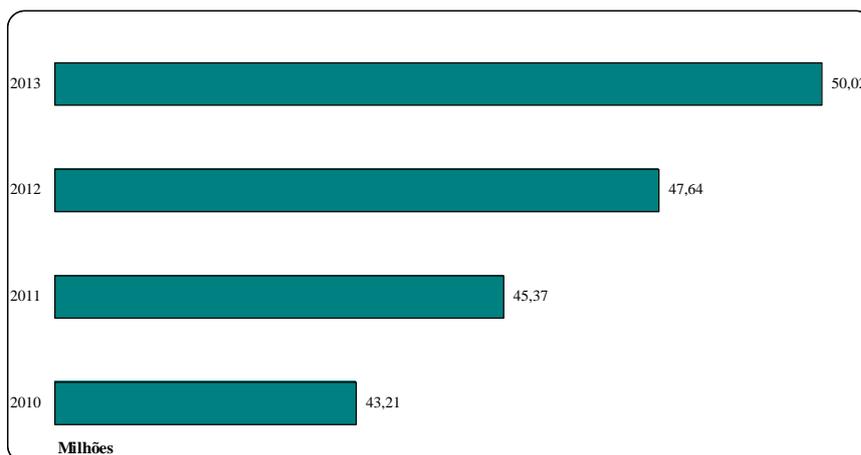


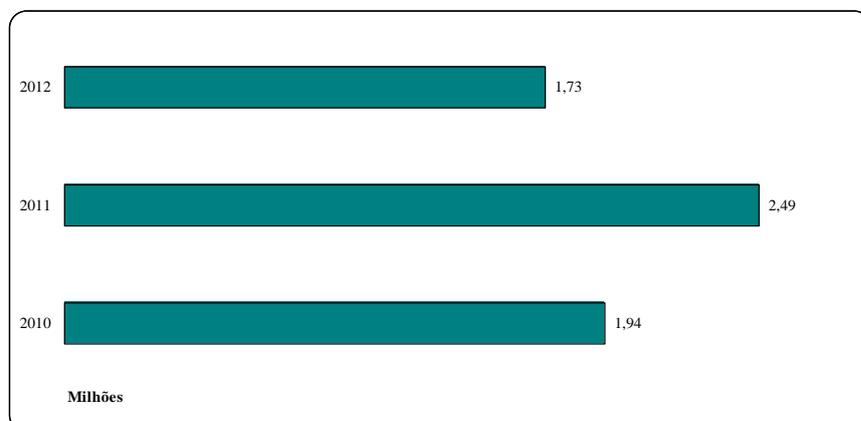
Gráfico 1 – Acompanhamento dos recursos orçamentários para a Valorização da Educação Básica



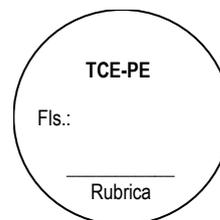
Fonte: Equipe de auditoria, com base no PPA 2010/2013 – Secretaria de Educação

O Programa prevê para as ações da “Educação de Jovens e Adultos” (projeto 4015) recursos da ordem de R\$ 1.725.000,00 para o exercício de 2012, representando 3,6% dos valores previstos para a “Valorização da Educação Básica” (R\$ 47.800.000,00). O gráfico 2 traz o detalhamento dos recursos destinados às ações da EJA entre os exercícios de 2010 e 2012, demonstrando que houve decréscimo dos valores destinados às ações em questão para o exercício de 2012.

Gráfico 2 – Acompanhamento dos recursos orçamentários previstos para a EJA



Fonte: Equipe de auditoria com base no PPA 2010/2013 - Secretaria de Educação (PPT atualizado pela Lei 5.758 / 2011)



As demais despesas relacionadas à EJA, a exemplo da merenda, da capacitação de servidores e de serviços de manutenção dos espaços físicos, por estarem inseridas em diversos níveis e modalidades de ensino, não podem ser analisadas de forma isolada.

3. RESULTADOS DO MONITORAMENTO

Este capítulo divide-se em áreas temáticas que foram abordadas pela Auditoria Operacional realizada em 2006 (Processo TC 0602927-9) e agrupa os achados e suas recomendações, avaliando o grau de implementação das ações e a situação de cada achado.

As recomendações podem ser classificadas em: (1) implementada; (2) em fase inicial de implementação; (3) em fase avançada de implementação; (4) não implementada; e (5) não mais aplicável⁶. Além disso, apresentam-se considerações que correlacionam a implementação das recomendações com o achado que as gerou.

Por sua vez, os achados podem ser classificados como: (1) sanado: aquele cuja situação-problema que o caracterizava foi solucionada; (2) atenuado: aquele cuja situação-problema que o caracterizava não foi totalmente solucionada; (3) não sanado, aquele cuja situação-problema que o caracterizava ainda persiste; (4) não mensurado: aquele cuja situação-problema que o caracterizava não pôde ser mensurada no monitoramento; e (5) não mais aplicável: aquele cuja situação-problema que o caracterizava deixou de existir por mudanças no contexto em que estava inserido.

3.1 Adequação dos controles para gerenciamento da EJA

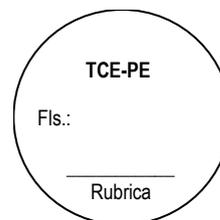
Durante a Auditoria Operacional realizada em 2006, observou-se que a gestão da EJA não dispunha de informações tempestivas acerca do desempenho dos alunos. Os dados apenas estavam disponíveis no início do ano seguinte e, ainda assim, sem mecanismo de encaminhamento automático das informações à gestão da EJA.

Conforme entrevistas realizadas com os gestores, a avaliação sistemática do desempenho dos alunos era feita exclusivamente pelos professores em sala de aula, apesar de a gestão ter realizado uma avaliação experimental em 2005.

Outro ponto observado dizia respeito ao fato de os gestores não terem conhecimento sobre a existência de discrepância entre os mesmos níveis em turmas diferentes, porém tinham conhecimento de que as escolas possuíam formas diferenciadas de avaliar o aluno, a fim de definir em que nível seria o seu ingresso na EJA.

Enfim, a auditoria constatou que, por conta da falta de tempestividade do fornecimento da informação sobre o desempenho do aluno, a gestão não tinha condições de promover

⁶ Recomendação não implementada devido à mudança do contexto organizacional ou do programa avaliado, sendo desnecessária sua implementação.



intervenções suficientes durante o período letivo para atender, de forma emergencial, a alunos e turmas que apresentassem baixo desempenho, havendo, ainda, a possibilidade de o aluno ingressar e permanecer em turma não compatível com seu nível.

3.1.1 Informações sobre o desempenho dos alunos

Achado 1: A gestão do Programa não dispõe de informações tempestivas acerca do desempenho dos alunos

Recomendação: Promover avaliação uniforme e sistemática, ainda que amostral, dos alunos ao final do ano para aferir seu desempenho.

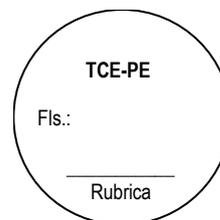
Em novembro de 2007, no Plano de Ação apresentado, a Secretaria de Educação (SEDO) afirmou que ampliaria o processo de avaliação dos alunos dos níveis II e III, por amostragem (Região Político-Administrativa e Escola), para diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem. Em agosto de 2008, a SEDO comunicou a esta Corte de Contas, que o primeiro diagnóstico havia sido realizado naquele mesmo mês.

No primeiro monitoramento, através de entrevista, a equipe gestora da Diretoria de Ensino afirmou que havia criado o Núcleo de Avaliação da Rede com o propósito de realizar avaliações amostrais em três momentos durante o ano letivo: abril, agosto e novembro. Na ocasião, foi relatado que no mês de abril de 2009 realizou-se uma dessas avaliações e que os resultados estariam disponíveis.

Na análise feita pela equipe de auditoria, com base nas cópias dos relatórios dos diagnósticos realizados em 2008 e 2009, observou-se que a avaliação realizada em 2008 envolveu dezenove das trinta e uma escolas da rede municipal, que possuíam turmas de EJA, ou seja, em 61,29% das escolas. O diagnóstico realizado continha o quantitativo de alunos dos níveis I, II e III da EJA que se enquadravam nas fases pré-silábica, silábica e alfabética. O referido diagnóstico foi concluído em setembro de 2008. Na ocasião, foram avaliados 249 alunos do nível I, 166 alunos do nível II e 256 alunos do nível III, o que correspondeu a 18,23% dos alunos matriculados em 2008.

Quanto à avaliação realizada em 2009, a Diretoria de Ensino apresentou os indicadores de desempenho e os instrumentos utilizados, bem como o relatório parcial com os resultados colhidos até o dia 26 de junho do mesmo ano. A gestão alegou que a aplicação do primeiro diagnóstico ficou prejudicada pelo movimento grevista que ocorreu no período de maio a junho, o que resultou em algumas turmas ainda em fase de avaliação. A expectativa da Diretoria era utilizar os resultados como linha de base para posterior acompanhamento, depois de terminada a avaliação. Os resultados parciais referentes ao desempenho dos alunos abrangeram 210 estudantes do nível I e 326 estudantes do nível III. O total de alunos avaliados correspondeu a 17,72% dos alunos matriculados em 2009.

No primeiro monitoramento, a recomendação em análise foi classificada como em *fase avançada de implementação*. Entretanto, sugeriu-se o acompanhamento dessas avaliações nos



próximos monitoramentos com vistas a verificar a uniformidade e sistematização das mesmas, pois a gestão municipal promoveu apenas uma avaliação amostral do desempenho dos alunos em 2008 e em 2009.

Neste segundo monitoramento, a SEDO fez menção, no acompanhamento do Plano de Ação, à utilização da Prova Olinda⁷ como instrumento de aferição anual de desempenho. Contudo, salientou que a mesma não pôde ser realizada em 2010, tendo em vista problemas que ocorreram com a gráfica responsável pelo serviço, de modo que sua aplicação foi adiada para o primeiro semestre de 2011. Adicionalmente, foi informado que a avaliação sistemática e periódica dos alunos seria realizada conforme previsto nos próprios diários de classe, estando esta voltada para a aferição dos níveis de leitura e escrita, a serem analisados em três períodos ao longo do ano letivo.

As alterações no Plano de Ação motivaram a equipe de auditoria a solicitar, através de ofício encaminhado ao Secretário de Educação do Município, cópias do relatório com resultados do desempenho dos alunos na Prova Olinda e do relatório com resultados dos diagnósticos realizados, referentes ao desempenho dos mesmos. Entretanto, tal documentação foi apenas parcialmente fornecida. De acordo com as gestoras Sr^{as}. Maria de Fátima Cavalcanti Guerra (Educação Básica) e Jaciara França (Divisão de EJA), em 16 de novembro de 2011 os resultados das avaliações ainda não estavam consolidados. Dessa forma, foram fornecidas apenas cópias das provas aplicadas aos níveis II, III e IV e dos gráficos com a representação dos desempenhos de cada escola por indicador, mas sem nenhum relatório de análise dos dados produzidos.

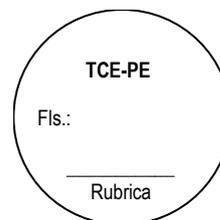
Na reunião realizada em 06 de janeiro de 2012 com as mesmas gestoras, foi informado que a Prova Olinda fica sob a responsabilidade do Núcleo de Avaliação de Rede que, naquele momento, estava aguardando o treinamento dos concursados para a sua reestruturação. Segundo as gestoras, a prova foi aplicada aos alunos dos níveis I e III no final de 2011.

Analisando as cópias das provas aplicadas, observam-se duas provas específicas correspondentes à língua portuguesa e à matemática para os níveis II, III e IV. Não foi fornecida a prova alusiva ao primeiro nível, o qual foi avaliado juntamente com o terceiro, conforme declaração das gestoras e gráficos apresentados.

Conforme anteriormente mencionado, os documentos comprobatórios da execução do diagnóstico do desempenho dos alunos foram gráficos setoriais de quinze escolas municipais, relativos aos níveis I e III, e de quatro escolas, relativos apenas ao nível III. Para o nível I a análise foi quanto ao número de acertos e erros obtidos na avaliação da apropriação da escrita, leitura e escrita e para o nível III, quanto à escrita (*Vide* fls. 257 a 276).

O não fornecimento do relatório consolidado da Prova Olinda levou a equipe de auditoria a reiterar a necessidade de seu fornecimento através do Ofício CCE/GEAP_EJA2M

⁷ A Prova Olinda, segundo informações da Coordenadora da Educação Básica, Sra. Maria de Fátima, tem o objetivo de conhecer o perfil das turmas avaliadas, no que se refere a seus desempenhos ao longo da aprendizagem. Conforme informou a gestora, a referida prova segue o modelo da Prova Brasil.



02/2011, de 29 de novembro de 2011. No entanto, até o momento da conclusão do presente relatório, houve apenas o encaminhamento, a esta Corte de Contas, de um relatório parcial, conforme mencionado.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a recomendação encontra-se **em fase avançada de implementação**, uma vez que permanece como pendente a consolidação dos dados sobre o desempenho dos alunos na Prova Olinda. Dessa forma, será necessário que no próximo monitoramento seja verificada a uniformidade e sistematização dessas informações.

Recomendação: Sistematizar uma proposta que defina as competências necessárias para o ingresso em cada nível de EJA.

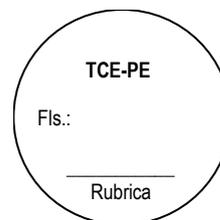
No Plano de Ação inicial, a gestão da SEDO afirmou que a Proposta Político-Pedagógica (PPP) da Rede Municipal de Ensino, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino, estava em processo de sistematização, voltada para a definição das competências de ingresso e de término para cada ano de escolaridade. A previsão de conclusão dos trabalhos seria outubro de 2008.

No primeiro monitoramento, através de entrevista, a equipe gestora da Diretoria de Ensino retificou as informações contidas no Plano de Ação e na resposta ao ofício TC/CCE 281/2008, afirmou que as competências necessárias para ingresso em cada nível de EJA foram definidas na Proposta Curricular da Rede, e não na Proposta Político-Pedagógica (PPP). A Proposta Curricular foi elaborada por 460 professores e concluída em novembro de 2008, faltando apenas sua publicação. Salienta-se que a cópia da Proposta Curricular foi fornecida em meio eletrônico ainda no primeiro monitoramento (30 de junho de 2009), o que permitiu verificar que a mesma passou a definir as competências supracitadas. Tal fato foi suficiente para que a recomendação fosse considerada, à época, como *implementada*.

No presente monitoramento, em reunião realizada entre a equipe técnica de auditoria e as Sras. Maria de Fátima (Educação Básica) e Jaciara França (Divisão de EJA), em 16 de novembro de 2011, foi fornecida a Base Curricular da Rede Municipal de Ensino – Olinda, Uma Construção Coletiva, 2010. Esta publicação corresponde ao trabalho coletivo de reflexão e produção, realizado durante dois anos (2008/2009) por professores, coordenadores pedagógicos, gestores e especialistas. A sua publicação ocorreu em 2010, ou seja, logo após o primeiro monitoramento.

Segundo informações repassadas durante a reunião supracitada, a proposta definindo as competências necessárias para o ingresso em cada nível de EJA fora entregue aos educadores em mídia magnética, tipo CD, na formação continuada realizada em julho de 2010. A SEDO forneceu cópia da CI 088/2010-DE, de 15 de julho de 2010, que informa sobre a realização da formação, que teve como tema: “O processo de construção do currículo da Rede Municipal de Ensino sob o ponto de vista de cada Componente Curricular”.

Diante do exposto no parágrafo acima, conclui-se que a recomendação continua com o *status* de **implementada**.



Recomendação: Padronizar a avaliação dos alunos que ingressam na EJA a fim de verificar a turma correspondente ao seu nível de conhecimento.

No Plano de Ação inicial, a gestão da SEDO informou que até a conclusão da PPP, a avaliação para ingresso e localização dos alunos por nível seria realizada nas escolas, sob supervisão/orientação da Divisão de Educação de Jovens e Adultos, seguindo parâmetros definidos na Proposta Curricular do Ministério da Educação (MEC). Esta informação foi ratificada pela SEDO em 2008 na resposta ao ofício TC/CCE 281/2008⁸ deste Tribunal.

No primeiro monitoramento, a equipe gestora da Diretoria de Ensino informou que elaborou em 2008, juntamente com os coordenadores, um documento que define as competências necessárias para ingressar em cada nível de EJA – “Indicadores para Ingresso nos Níveis de EJA”. Entretanto, segundo a gestão, algumas escolas não adotaram este padrão, visto que parte dos professores e coordenadores pedagógicos não concordaram com as respectivas competências definidas, por existirem divergências.

Após análise do documento “Indicadores para Ingresso nos Níveis de EJA”, a equipe de auditoria verificou que o mesmo não atendia à recomendação em tela, uma vez que ela indicava a necessidade de uma padronização da avaliação a ser aplicada aos alunos, isto é, do processo avaliativo e não a definição das competências em si.

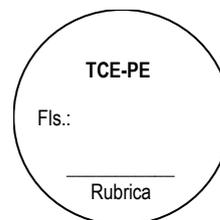
Durante o primeiro monitoramento, pela análise feita nas avaliações aplicadas em 2009, durante visita realizada a três escolas, observou-se que cada uma adotava um processo avaliativo próprio, ou seja, não havia um padrão de avaliação definido pela gestão que subsidiasse as observações realizadas pelos professores. Na mesma ocasião, verificou-se uma boa prática na Escola Prof. Hélio Maia que adotou, a partir de 2009, uma ficha avaliativa para definição do nível em que o aluno deveria ingressar.⁹ Apesar da coordenadora pedagógica informar que a ficha avaliativa ainda se encontrava em fase de teste, a mesma estava sendo utilizada por todos os professores da escola.

Neste segundo monitoramento, o Plano de Ação modificado estabelecia que a partir da entrega da Proposta Curricular, em julho de 2010, seria elaborado um instrumento para identificar o nível de conhecimento dos estudantes a fim de localizá-los na turma correspondente. Dessa forma, em fevereiro de 2011 seria encaminhado a todas as escolas o instrumento de avaliação a ser aplicado aos estudantes da EJA que não possuísem a comprovação do nível de escolaridade. Com objetivo de ter acesso ao documento supracitado, foi encaminhado ofício à Secretaria de Educação de Olinda solicitando cópia do instrumento aplicado para avaliação dos alunos.

Apesar do previsto no PA, de acordo com declaração verbal dos diretores das dez escolas visitadas pela equipe de auditoria, a mencionada avaliação é realizada pela própria

⁸ Solicitou informações sobre o estágio de implementação das recomendações deliberadas pela Decisão TC 1143/2007, de 30/08/2007.

⁹ No ano de 2011 a Escola Prof. Hélio Maia não ofereceu turmas de EJA.



escola, através de uma prova elaborada pelos professores da EJA, mas a frequência da aplicação ocorria de forma muito esporádica, pois, geralmente, os alunos conseguiam comprovar a sua escolaridade.

Em reunião realizada em 06 de janeiro de 2012 com as gestoras da Divisão de EJA e do Departamento de Educação Básica, foi informado o envio, a todas as escolas, do instrumento de avaliação a ser aplicado aos estudantes da EJA que não possuísem a comprovação do nível de escolaridade. Estranharam a negativa dos gestores escolares entrevistados nas dez escolas visitadas acerca da utilização do instrumento avaliativo e salientaram que a falta de fiscalização das escolas permitia tal falha, quanto ao processo de classificação de nível de escolaridade para os alunos que não conseguiram comprovar.

Considerando o que foi constatado neste monitoramento, permanece o *status* do primeiro, ou seja, a recomendação **não foi implementada**.

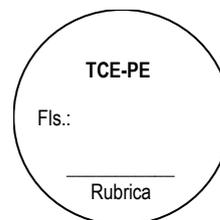
Recomendação: Criar mecanismo que permita a obtenção periódica dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe.

Pelo Plano de Ação de 2007, a gestão estava comprometida em intensificar o acompanhamento do cotidiano escolar contido no diário de classe (aprendizagem em cada componente curricular), através dos coordenadores pedagógicos, que apresentariam os resultados e sugestões para superação das dificuldades encontradas nas reuniões mensais com a Divisão de EJA.

Em resposta ao ofício TC/CCE 281/2008, sobre a implementação das recomendações deliberadas pela Decisão TC 1143/2007, a gestão informou que estavam ocorrendo reuniões mensais com os coordenadores pedagógicos e a equipe técnica, com o intuito de fazer o levantamento e discutir as soluções.

No primeiro monitoramento, através de entrevista, a gestão confirmou o mecanismo previsto no Plano de Ação, afirmando que a “Ficha de Acompanhamento das Aprendizagens dos/as Educando/as” foi encaminhada aos coordenadores a fim de que fossem repassadas a cada professor, os quais preencheriam com as informações do diário de classe e, depois, as encaminhariam de volta para a Diretoria de Ensino. Entretanto, segundo a assessora da Diretoria, este mecanismo não vinha funcionando, pois as fichas criadas eram inviáveis de serem preenchidas, representando retrabalho, uma vez que exigiam as informações que correspondem tão somente a uma cópia dos diários de classe. Considerou-se, desse modo, que a recomendação encontrava-se em *fase inicial de implementação*, pois apesar da Divisão de EJA ter elaborado um formulário para obtenção dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe, o mesmo não foi utilizado.

Durante a realização deste segundo monitoramento, o Plano de Ação atualizado informou que os dados foram apresentados pelo DARE à Divisão de EJA e discutidos com os coordenadores em reunião setorial, com o objetivo de levantar alternativas para minimizar os índices de evasão e repetência. Vale ressaltar que, nesse ponto, a Divisão de EJA comete um



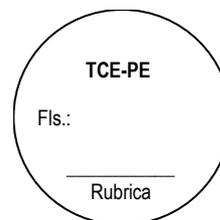
equivoco em relação ao conteúdo da recomendação “criar mecanismo que permita a obtenção periódica dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe”, com a recomendação “criar mecanismo para obtenção, nas escolas, das informações sobre rendimento dos alunos (observação da quantidade de aprovados, reprovados, transferidos e desistentes), disponibilizando-o ao longo do período letivo em curso”, ao fazer referência à evasão e repetência, ou seja, confunde os resultados finais das turmas com a evolução de desempenho do aluno no transcorrer do ano letivo.

O equívoco cometido pela Divisão de EJA no Plano de Ação motivou a equipe de auditoria a solicitar, através de ofício encaminhado ao Secretário de Educação do Município, cópia do relatório com resultados dos diagnósticos realizados, referentes ao desempenho dos alunos (atas, estatísticas, relatórios). Entretanto, não foi fornecida tal documentação, pois segundo informado pelas gestoras Sras. Maria de Fátima (Educação Básica) e Jaciara França (Divisão de EJA), em 16 de novembro de 2011, o relatório ainda não estava concluído, sendo assim, foram apenas fornecidos gráficos com a representação dos desempenhos das escolas em cada indicador.

Durante as visitas às dez escolas selecionadas, foi observado que as informações sobre o desempenho dos alunos continuam sendo registradas nos diários de classe pelos professores. Apenas em casos isolados não foi verificado o preenchimento. Há, portanto, o registro da aprendizagem dos alunos, sem, no entanto, existir um mecanismo que permita a consolidação periódica dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe. Tal procedimento poderia, com o retorno dos resultados para a Divisão de EJA, torna-se um instrumento de gestão de ensino, pois possibilitaria um diagnóstico parcial dos desempenhos dos alunos em cada escola, servindo de fundamento para intervenções pedagógicas nas escolas com dificuldades de ensino/aprendizagem.

Em reunião realizada em 06 de janeiro de 2012, as gestoras informaram que houve atraso na entrega da ficha de aprendizagem, entretanto, pelo uso do diário de classe o documento foi suprimido junto com a ficha de frequência escolar.

Considerando que a Divisão de EJA elaborou um formulário para obtenção dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe, mas que tal mecanismo não entrou em funcionamento devido às resistências ao seu uso - ocorrendo, inclusive, a sua extinção em decorrência do uso do diário de classe, que é devidamente preenchido pelos professores - e que não houve implantação de nenhum outro mecanismo alternativo de avaliação do desempenho dos alunos de forma, ao menos, semestral, considera-se que a recomendação **não foi implementada**. Salienta-se a relevância da instituição de um mecanismo de acompanhamento do desempenho dos alunos, em periodicidade que possibilite uma intervenção nas escolas em que sejam identificadas maiores dificuldades de aprendizagem, ainda que sua fonte de informação sejam os dados já disponíveis nos próprios diários de classe.



Recomendação: Criar mecanismo para obtenção das informações sobre o rendimento dos alunos disponíveis no DARE, ao longo do período letivo em curso.

No momento da realização da auditoria, a Divisão de EJA afirmou que a situação de aprovação e reprovação apenas era configurada ao final de um ano letivo, portanto, estes dados não poderiam ser disponibilizados durante o período letivo em curso. Quanto aos desistentes, informou que havia intensificado o trabalho de acompanhamento ao longo do ano, contando com os coordenadores pedagógicos e diretores das escolas, junto à equipe da Divisão de EJA, para sanar as possíveis causas das desistências. O trabalho deveria ser implantado desde o início do período letivo através do preenchimento do “Controle de Frequência Escolar da Turma”.

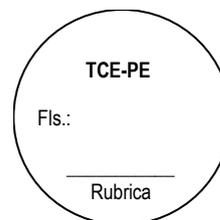
Em agosto de 2008, respondendo ao ofício TC/CCE 281/2008, foi informado que os dados de 2007, referentes à aprovação, reprovação, desistência, já haviam sido disponibilizados com a realização das reuniões mensais com os coordenadores.

No primeiro monitoramento, a Divisão de EJA informou que apenas em 2009 recebeu do DARE as informações relativas a 2008 sobre o rendimento dos alunos. Segundo a gestão, considerando as limitações das escolas e do DARE, seria razoável que estas informações estivessem disponíveis para a Divisão de EJA até o mês de junho do ano letivo seguinte. Quanto aos desistentes, a gestão criou o “Controle de Frequência Escolar da Turma”, o qual deveria ser preenchido pelo professor apontando os motivos do afastamento do aluno e a sugestão de intervenção. Entretanto, a gestão não tinha recebido, ainda, informações geradas pelo controle criado e nem sabia se os professores estavam utilizando-o.

Neste segundo monitoramento, foi reiterado no Plano de Ação atualizado, que os dados de movimento e rendimento só são sistematizados no primeiro semestre do ano subsequente e que em abril de 2010, de posse dos dados citados, foi realizado encontro com diretores e coordenadores pedagógicos para analisar os resultados apresentados, levantar causas e apontar intervenções para a diminuição do número de reprovação e desistências.

Em decorrência da informação supracitada, foi solicitado por ofício cópia do planejamento das ações para minimizar os índices de evasão, reprovação e desistência, o que foi atendido pela SEDO ao fornecer o Plano de Ação EJA, que tem como objetivo promover ações para a valorização e o incentivo a educação de jovens e adultos.

Observou-se que nas dez escolas visitadas não existia o controle efetivo dos alunos desistentes, transferidos e recebidos durante o ano letivo de 2011. Segundo informações dos diretores, estes dados só eram gerados ao final do ano letivo, pois, sob o ponto de vista legal, o estudante tem direito a sua vaga durante todo o ano. Tal situação, encontrada neste monitoramento e nos anteriores, não permite à Divisão de EJA o acompanhamento sistemático dos alunos desistentes ou faltosos, impossibilitando, assim, ações efetivas por parte daquela Divisão e das gestoras escolares para o retorno dos evadidos e diminuição das faltas.



Desta forma, pode-se considerar que, apesar da tentativa da Diretoria de Ensino de implantar o “Controle de Frequência Escolar da Turma”, que deixou de ser aplicado pelas escolas, a recomendação **não foi implementada**, devendo ser acompanhada nos próximos monitoramentos com o fim de verificar se as informações sobre o rendimento dos alunos estão disponíveis ao longo do período letivo em curso.

Recomendação: Criar mecanismo para obtenção, nas escolas, das informações sobre rendimento dos alunos (observação da quantidade de aprovados, reprovados, transferidos e desistentes), disponibilizando-o ao longo do período letivo em curso.

No momento de realização da auditoria, o DARE, departamento responsável pelo cumprimento desta recomendação, informou que o mecanismo utilizado seria o levantamento de dados a partir de atas enviadas pelas escolas no primeiro trimestre do ano seguinte. Quanto aos transferidos e desistentes, seria intensificado tal levantamento a fim de que o mesmo passasse a ocorrer com maior brevidade do que era realizado até aquele momento.

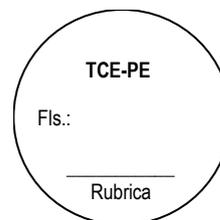
Em 2008, na resposta ao pedido de informações deste Tribunal sobre o cumprimento das recomendações¹⁰, o DARE afirmou já estarem disponíveis para consulta as atas enviadas pelas escolas referentes ao ano de 2007. Na ocasião do primeiro monitoramento, constatou-se que, em conformidade com o exposto no Plano de Ação, o DARE tem recebido das escolas as informações sobre o rendimento dos alunos no primeiro trimestre do ano seguinte.

O processo de obtenção das informações inicia-se em janeiro, quando o DARE encaminha às escolas atas para preenchimento das informações de aprovação, reprovação, desistência e transferência. Entretanto, tendo em vista que estas atas são preenchidas manualmente e considerando-se que, neste período, as escolas estão muito envolvidas com as matrículas dos alunos, o DARE só consegue receber todas as atas no mês de março. Conseqüentemente, não tem conseguido enviar tais dados para a Divisão de EJA no início do ano letivo seguinte.

Ainda no primeiro monitoramento, em entrevista realizada com a gestão da EJA e a chefe do DARE, também foi informado que os dados de desistentes e transferidos só são encaminhados pelas escolas para o DARE após conclusão do período letivo. Com base em tais informações, a recomendação foi considerada, à época, como em *fase avançada de implementação*, devendo ser acompanhada nos monitoramentos posteriores, pois, apesar de ter criado o mecanismo de obtenção das informações sobre rendimento dos alunos, o DARE só disponibilizou tais informações durante a realização do monitoramento.

Neste segundo monitoramento, a SEDO apresentou o Plano de Ação atualizado, no qual informa que o acompanhamento está sendo realizado através de atas e estatísticas do rendimento escolar, por modalidade e etapas. Foram, assim, solicitadas cópias dos relatórios com os mencionados dados gerais do rendimento e do desempenho dos alunos. Quanto ao primeiro relatório, foram fornecidos os quantitativos referentes aos anos de 2009 e 2010,

¹⁰ Decisão TC 1143/2007, de 30/08/2007.



entretanto, quanto ao segundo relatório, apenas foram fornecidos os gráficos sobre o desempenho dos alunos em 2011, quanto à apropriação da escrita, leitura e escrita.

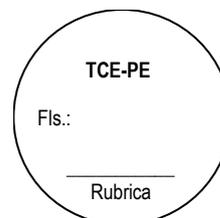
Em entrevista realizada em 12 de dezembro de 2011, com a Sra. Vera Santos, representando o DARE, foram solicitadas informações sobre o mecanismo de obtenção nas escolas das informações sobre rendimento dos alunos (observação da quantidade de aprovados, reprovados, transferidos e desistentes). Segundo a gestora, há quatro momentos de verificação, de forma que a informação é encaminhada ao DARE e à Divisão de EJA, ao menos, quatro vezes ao ano. Para isso, as cadernetas (diários de aula) devem ser preenchidas com informações sobre a frequência e aproveitamento dos alunos. É realizada verificação pelas inspetoras de ensino, com consolidação em relatório.

Por meio da análise de uma amostra de tais relatórios, a auditoria pôde verificar que os mesmos não contêm a quantificação de alunos desistentes ou faltosos. Dessa forma, os dados não podem ser utilizados para a mensuração da situação atualizada das turmas de EJA quanto à evasão, dificultando o planejamento de uma atuação mais eficaz, por parte da Divisão de EJA e da própria Diretoria de Ensino, para manutenção dos alunos na escola.

Durante a entrevista com a Sra. Vera Santos (DARE), também foram solicitadas informações sobre em quais períodos, ao longo do ano letivo, as informações sobre o rendimento são disponibilizadas à Divisão de EJA e se existiam datas fixas. Segundo a gestora, o DARE tem a responsabilidade de informar à Divisão de EJA sobre o aproveitamento/reprovação dos alunos apenas uma vez ao ano, momento em que também é informado o quantitativo de vagas disponíveis para o ano seguinte.

Durante as visitas às dez escolas da amostra, observou-se que na maioria dos diários de classe está ocorrendo o registro da frequência e do desempenho dos alunos. Entretanto, a não disponibilização dos dados quantitativos acerca de situações de falta e desistência, ao longo do período letivo em curso, não permite a adoção de ações efetivas por parte da Divisão de EJA e das gestoras escolares para o retorno dos evadidos e diminuição das faltas.

Pelas observações feitas durante este segundo monitoramento, considera-se que a recomendação encontra-se em **fase inicial de implementação**, uma vez que, apesar de ter criado o mecanismo de obtenção das informações sobre frequência dos alunos, o mesmo não foi implantado e, além disso, o DARE só disponibiliza tais informações à Divisão de EJA no ano subsequente. Vale salientar que a informação deveria ser fornecida, ao menos, de forma semestral e com base em dados quantitativos.



Recomendação: Garantir que todos os professores preencham o diário de classe no que toca ao desempenho dos alunos.

No Plano de Ação inicial, a Diretoria de Ensino afirmou que a importância do registro da aprendizagem dos educandos nos diários de classe estava prevista como tema da formação continuada dos professores. Em resposta ao ofício TC/CCE 281/2008, encaminhado por esta Corte de Contas, a SEDO ressaltou as reuniões mensais realizadas com os coordenadores e informou que o acompanhamento era feito pelo DARE.

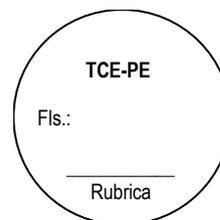
Na entrevista realizada durante o primeiro monitoramento, a equipe gestora informou que a responsável por verificar periodicamente o preenchimento dos diários de classe seria a Divisão de Inspeção, ligada ao DARE. Em caso de descumprimento, haveria comunicação ao diretor ou coordenador e se estes não conseguissem solucionar o problema, os mesmos comunicariam à Diretoria de Ensino. Além da Divisão de Inspeção, a equipe pedagógica e o coordenador também acompanhavam o preenchimento dos diários.

Naquele momento foram visitadas três escolas com o fim de verificar *in loco* se os diários de classe de 2008 e 2009, quanto ao desempenho dos alunos, estavam sendo preenchidos por todos os professores. Constatou-se que os diários de classe de 2008 haviam sido preenchidos por todos os professores. Já os diários de classe de 2009, em duas escolas visitadas, não estavam com todas as avaliações de desempenho preenchidas. A justificativa apresentada, na ocasião, pelas escolas foi que, embora as aulas tenham começado em fevereiro de 2009, os diários de classe apenas foram entregues em abril de 2009 e no mês seguinte se iniciou a greve dos professores, que se estendeu até junho do mesmo ano, prejudicando, dessa forma, o preenchimento tempestivo das informações. Concluiu-se que a recomendação estava em *fase inicial de implementação*.

No presente monitoramento, a SEDO informou que o acompanhamento é realizado pela inspeção escolar em todas as escolas para a verificação de preenchimento dos diários de classe. Em caso de não preenchimento, há o envio de telegramas para o comparecimento do docente responsável.

Durante as visitas às dez escolas integrantes da amostra, observou-se que na maioria dos diários de classe está ocorrendo o registro dos indicadores de desempenho dos alunos. Houve desconformidades no preenchimento das informações em apenas duas escolas: na Escola Prof^a Norma Coelho, nas disciplinas História, Geografia e Língua Portuguesa referentes ao nível 4; e na Escola Dom Azeredo Coutinho, na disciplina Inglês referente ao nível 5. Observou-se, também, que não existia um controle concomitante dos alunos desistentes, transferidos e recebidos durante o ano letivo de 2011. Segundo informações dos diretores, estes dados só são gerados ao final do ano letivo, pois, sob o ponto de vista legal, o estudante tem direito a sua vaga durante todo o ano.

Diante do que foi exposto, conclui-se que a recomendação está **implementada**. Nos próximos monitoramentos, contudo, deve-se verificar se ainda há casos de descumprimento, por parte do professor, do preenchimento da frequência no diário de classe.



Considerações sobre o achado

Neste segundo monitoramento, observou-se que ainda há deficiências quanto à obtenção de dados sobre o rendimento e desempenho dos alunos no decorrer do ano letivo não permitindo, assim, um acompanhamento eficiente por parte da Divisão e, até mesmo, das direções escolares a respeito da aprendizagem dos alunos da EJA. Pode-se afirmar, portanto, que o achado foi **atenuado**, contudo ainda não pode ser considerado sanado.

3.1.2 Procedimentos para contatar alunos que faltam

Achado 2: Inexistência de procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA

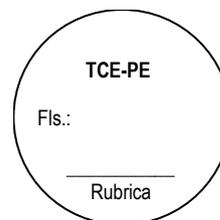
Recomendação: Realizar discussão com os diretores das escolas que possuem turmas de EJA, elaborando mecanismo para contatar os alunos faltosos ou evadidos, a fim de trazê-los de volta à sala de aula.

No Plano de Ação inicial, a equipe gestora propôs intensificar o acompanhamento da frequência escolar nas reuniões mensais com os diretores de todas as escolas, adotando o encaminhamento de carta à residência, telefonemas e busca de informações no entorno da moradia, como forma de contatar os faltosos, conforme o documento “Controle de Frequência Escolar da Turma”.

Em 2008, em resposta ao ofício TC/CCE 281/2008, deste Tribunal de Contas, a equipe gestora afirmou que recomendaria, nas reuniões mensais com diretores, a intensificação do acompanhamento da frequência dos alunos, buscando possíveis soluções. Essa intenção foi confirmada na ocasião do primeiro monitoramento, durante entrevista realizada junto à gestão. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com os diretores, nas quais foi discutido e estabelecido que o mecanismo para contatar alunos faltosos fosse o envio de cartas e realização de telefonemas. Decidiu-se, também, que o “Controle de Frequência Escolar da Turma” deveria ser preenchido pelo professor apontando os motivos do afastamento do aluno e a sugestão de intervenção. A implantação dessa prática, contudo, não foi verificada.

Durante visitas em três escolas realizadas no primeiro monitoramento, observou-se que em nenhuma delas o “Controle de Frequência Escolar da Turma” estava sendo preenchido. Com relação à adoção de medidas de intervenção, como envio de cartas e telefonemas, foi apontada dificuldade de localizar os alunos devido a mudanças frequentes de endereço e telefone. Como a gestão da EJA não apresentou atas das reuniões como comprovação da realização das discussões e como o mecanismo criado para contatar os alunos faltosos ou evadidos ainda não havia sido adotado pelas escolas, concluiu-se, naquele momento, que a recomendação estava em *fase inicial de implementação*.

No presente monitoramento, a SEDO informou que em abril de 2010 houve reunião com diretores e coordenadores que resultou no planejamento de ações para minimizar os índices de evasão, reprovação e desistência. Tal alteração motivou a equipe de auditoria a solicitar, por ofício à Secretaria de Educação (OFICIO CCE/GEAP_EJA3M 01/2011, de 14



de outubro de 2011), cópia da pauta da reunião do mencionado encontro com diretores e coordenadores. No mesmo ofício foi solicitado o “Controle de Frequência Escolar” das turmas, preenchidos pelos professores, e o planejamento das ações para minimizar os índices de evasão, reprovação e desistência. Porém, apenas foi fornecida documentação relativa às ações para minimizar os índices de evasão, reprovação e desistência, formalizadas no Plano de Ação EJA que tem, entre outros, o objetivo de realização de trabalhos que resgatem a autoestima e valorize a identidade dos alunos. As ações de combate à evasão escolar resultaram do encaminhamento das reuniões pedagógicas realizadas nas datas de seis e vinte de outubro de 2010.

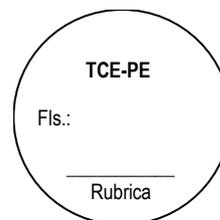
Na documentação fornecida, foi possível verificar vinte e sete fichas com os dados sobre o rendimento das turmas de EJA referentes ao ano letivo de 2010 (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e com sugestões de medidas para o plano de ação, entre elas, a de combate à evasão dos alunos de EJA, emitidas pelos representantes das escolas. Os representantes também listaram as necessidades para a aplicação das ações. Entre as fichas fornecidas, apenas a correspondente a Escola Municipal Criança Feliz, com evasão de 67%, não possuía sugestões.

Como a solicitação das informações sobre a implantação de procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA não foi atendida em sua plenitude, a equipe de auditoria reiterou-a pelo OFICIO CCE/GEAP_EJA2M 02/2011 (29 de novembro de 2011), contudo não houve fornecimento de novas informações.

Conforme informações obtidas junto às direções das dez escolas visitadas, não há uma ação sistemática para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA. Nesse sentido, fica a cargo da direção de cada escola aplicar o que melhor lhe apraz para entrar em contato com os desistentes. Gestores e professores das escolas procuram agir antes mesmo das desistências, através de motivação dos alunos. Segundo as gestoras, existem flutuações na frequência dos alunos, dependendo da época do ano. O carnaval e o fim de ano, por exemplo, são períodos que proporcionam renda extra a uma parte dos alunos da EJA, levando, assim, a uma evasão significativa e, por isso, tal situação deve ser resolvida de forma que não afaste definitivamente o aluno da sala de aula.

Em entrevista realizada em 12 de dezembro de 2011 com a Sra. Vera Santos (DARE), a equipe de auditoria obteve informações sobre a existência de ações não sistematizadas provocadas pelas inspetoras de ensino em conjunto com a direção das escolas para captação de alunos (novos e desistentes), a exemplo da utilização de carros de som, panfletos, visitas às residências.

Considerando que a gestão da EJA realizou discussão com as escolas, buscando sugestões e relatos acerca das diferentes situações, formalizou um plano de ação para o combate à evasão e que as escolas têm atuado de forma não sistemática, porém compatível com suas possibilidades, buscando mecanismos de contatar alunos faltosos e motivar os que frequentam as aulas, conclui-se que a recomendação encontra-se em **fase avançada de implementação**.



Recomendação: Garantir que os dados para contato com o aluno (endereço e telefones) sejam preenchidos na ficha de matrícula.

No Plano de Ação inicial apresentado, a SEDO propusera realizar trabalho junto às secretarias das escolas para que nenhum dado fosse omitido, inclusive com atualização trimestral da ficha de matrícula, a partir de janeiro de 2008. Tal informação foi ratificada em resposta ao pedido de informações sobre o cumprimento da recomendação realizada por ofício em 2008.

Por meio de entrevista realizada no primeiro monitoramento, a gestão afirmou que os dados dos alunos eram preenchidos no ato da matrícula e encaminhados pelas escolas ao Departamento de Registro Escolar, que possui um banco de dados com as informações de todos os alunos. Entretanto, o DARE ainda não possuía os dados cadastrais atualizados dos alunos referentes à matrícula em 2009, o que levou a equipe de auditoria proceder à análise das fichas de matrícula da EJA de três escolas, com o fim de verificar se ao menos o campo de endereço havia sido preenchido.

Neste segundo monitoramento, a Divisão de EJA informou, no Plano de Ação, que houve reunião com os diretores escolares para enfatizar a importância do completo preenchimento do requerimento de matrículas. Tal afirmação gerou uma necessidade, por parte da equipe de auditoria, de verificar as fichas de matrículas, durante as visitas às escolas, para análise do preenchimento dos dados para contato com o aluno (endereço e telefones).

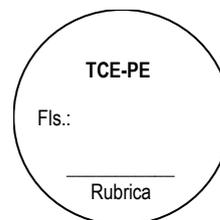
Nas dez escolas visitadas, foi realizada verificação das fichas de matrícula por meio de amostra, tendo como prioridade às referentes aos anos de 2010 e 2011 e relativas aos níveis III, IV e V, conforme a disponibilidade das escolas. Após a verificação das fichas de matrícula, constatou-se que os dados estavam sendo preenchidos na grande maioria das escolas.

Diante do resultado encontrado, considera-se que a recomendação encontra-se **implementada**.

Considerações sobre o achado

Verificou-se neste monitoramento que o Plano de Ação da EJA apresenta propostas de ações de combate à evasão escolar resultantes das reuniões pedagógicas realizadas, através da realização de trabalhos que resgatem a autoestima e valorize a identidade dos alunos. Além disso, pelas informações obtidas junto às direções das dez escolas visitadas, observou-se que havia uma preocupação no preenchimento pleno da ficha de matrícula. Porém, apesar de terem os dados cadastrais dos alunos, não há uma ação sistemática para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA e sim ações individualizadas por escola.

É importante salientar que a situação encontrada atualmente apresentou melhora em relação à encontrada à época da auditoria, tendo em vista que foram realizadas discussões com as escolas, buscando sugestões e relatos acerca das diferentes situações, houve



formalização de um plano de ação para o combate à evasão e as escolas têm atuado de forma não sistemática, porém, compatível com suas possibilidades.

Considerando-se que permanece a inexistência de procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA, pode-se concluir que o achado foi apenas **atenuado**.

3.2 Adequação do material didático disponibilizado e da formação dos professores às necessidades da EJA

Desde 2006, quando da realização do relatório de Auditoria Operacional, vêm sendo identificadas dificuldades da Secretaria de Educação acerca da disponibilização tempestiva e uniforme de livros e outros materiais didáticos às escolas. De acordo com o exposto no relatório do primeiro monitoramento, a Secretaria informou, no Plano de Ação proposto, que iria intensificar a articulação entre a Diretoria de Ensino e a Diretoria Administrativa para que as providências fossem tomadas no sentido de resolver o problema.

O resultado da pesquisa realizada em 2006 apontou que 80,4% dos professores afirmaram que as capacitações não eram adequadas às suas necessidades ou que às vezes eram adequadas. A pesquisa também revelou que os professores apresentam críticas como: repetição de conteúdos, poucas práticas, exposição fragmentada de temas, falta de sistematização, falta de planejamento e falta de consulta ao professor.

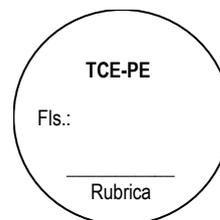
No Plano de Ação proposto em 2007, a Divisão de EJA afirmou que o resultado da pesquisa já era considerado, mas que seria intensificado nos encontros com os educadores de EJA e em 2008, em resposta ao pedido de informações sobre o cumprimento da recomendação, a gestão da EJA afirmou que foi elaborado encontro com professores para apresentação de experiências exitosas, considerando o resultado da pesquisa.

3.2.1 Disponibilização de livros e materiais didáticos

Achado 3: Em 2006, a entrega de livros e outros materiais didáticos não ocorreu com tempestividade, nem com uniformidade entre as escolas

Recomendação: Identificar e sanar as dificuldades enfrentadas pelo setor responsável pelas licitações da Secretaria de Educação, de forma a não comprometer a distribuição de livros e materiais didáticos da EJA no início do ano letivo.

Durante o primeiro monitoramento, a Diretoria de Ensino (DE) informou à equipe de auditoria que os livros de 2009 já haviam sido encaminhados para os níveis I e II da EJA, mas que os correspondentes ao nível III ainda não tinham sido enviados para todas as escolas. Também foi mencionado que os processos licitatórios para aquisição de livros e materiais didáticos referentes ao ano de 2009 ainda estavam em andamento. Diante de tais fatos e tendo em vista o atraso na entrega dos materiais, a recomendação foi considerada, à época, como *não implementada*.



No presente momento, como resposta ao pedido de informações sobre o cumprimento das recomendações encaminhado por esta Corte de Contas, referentes aos exercícios de 2010 e 2011, a Secretaria de Educação informou que a aquisição dos livros, no exercício de 2010, foi realizada pela Prefeitura, no entanto, a partir do exercício de 2011, passou a ser realizada diretamente pelo Ministério da Educação (MEC).

Foi solicitado à Secretaria o documento de homologação das licitações para aquisição de livros e materiais didáticos da EJA para o exercício de 2010. Em resposta, foram encaminhadas cópias do processo de inexigibilidade e dos protocolos de entrega dos livros e demais materiais às escolas. Salienta-se que o processo de inexigibilidade foi realizado em 2009, no valor de R\$ 168.528,00, e resultou na contratação da empresa Global Editora e Distribuidora, responsável pelo fornecimento de 5.020 livros para o exercício 2010. Considerando-se os livros dos professores e o fato de que nos níveis IV e V, cada aluno utiliza dois livros, a real demanda seria de 4.257 livros. De acordo com o levantamento realizado, foram entregues 3.903 livros para as turmas EJA.

Vale ressaltar que, a partir do exercício de 2011, o próprio MEC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), passou a se responsabilizar pela aquisição dos livros, repassando-os diretamente para as escolas, baseado no Censo Escolar do ano anterior, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A escolha dos livros é realizada com a participação dos professores e coordenadores pedagógicos. Nesse sentido, não cabe mais à Secretaria de Educação do Município a atribuição de adquirir os livros.

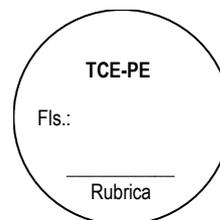
Tendo em vista as considerações realizadas, a presente recomendação tornou-se **não mais aplicável no que se refere aos livros didáticos**. Contudo, em relação aos demais materiais didáticos, a recomendação será objeto de análise nos subitens subsequentes.

Recomendação: Definir os itens e quantitativos básicos de materiais didáticos, distribuindo-os às escolas no início do ano letivo.

Conforme evidenciado no monitoramento anterior, a Diretoria de Ensino já vinha conseguindo atender, em parte, a recomendação em análise, tendo atenuado o problema de ausência de controle acerca dos quantitativos de materiais didáticos, de forma que a recomendação estava classificada como em fase inicial de implementação.

Em resposta ao estabelecido no Plano de Ação (acompanhamento 2010/2011), a Diretoria de Ensino informou que os itens e quantitativos de materiais, por aluno, foram definidos e entregues às escolas (*Vide* CIs e protocolos de recebimento dos materiais didáticos às fls. 278 a 282).

Entretanto, apesar da disponibilização da lista de quantitativos básicos, não foi possível verificar a existência de controle de estoque, por parte das escolas, para melhor gerenciamento dos materiais disponíveis.

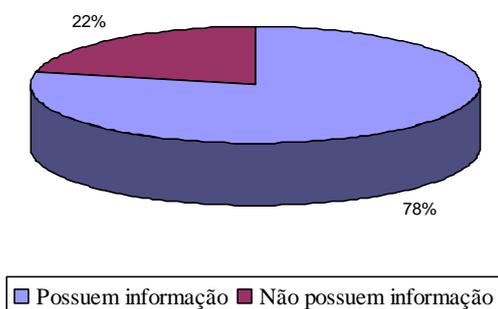


Desta forma, uma vez que a Divisão de EJA definiu os itens e quantitativos básicos de materiais didáticos, no entanto, não possui controle de estoque, considera-se que a recomendação encontra-se em **fase avançada de implementação**.

Recomendação: Garantir que a distribuição de materiais didáticos seja realizada de forma a contemplar uniformemente todas as escolas.

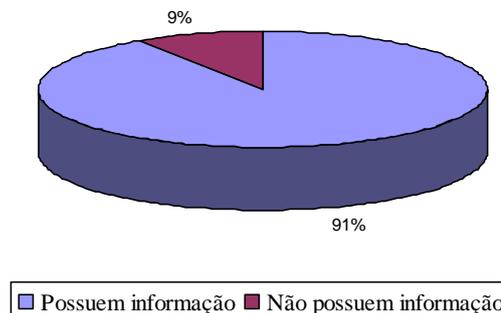
Acerca da distribuição dos materiais didáticos, salienta-se que no exercício de 2010 21,62% das escolas não apresentaram informação do recebimento (19 de setembro, Alberto Torres, Duarte Coelho, Issac Pereira, Ministro Marcos Freire e Prof. Helio Ferreira Maia). No exercício de 2011, não apresentaram tais informações 9% das escolas (12 de março, Nova Olinda, Pastor David Blackburn e Dr. José Mariano), representando uma melhora em relação ao ano anterior, conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

Gráfico 3 – Informação sobre recebimento de materiais didáticos em 2010



Fonte: Secretaria de Educação de Olinda adaptado pela equipe de auditoria

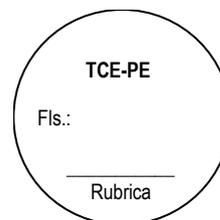
Gráfico 4 – Informação sobre recebimento de materiais didáticos em 2011



Fonte: Secretaria de Educação de Olinda adaptado pela equipe de auditoria

No que se refere às datas de entrega dos materiais às escolas, no exercício de 2010 ainda houve dificuldades, de forma que algumas escolas não conseguiram receber os kits dos alunos (cadernos, lápis, caneta, borracha, régua, estojo, tesoura, esquadro) no início do ano. Contudo, o problema foi resolvido, de modo que no exercício de 2011, de acordo com a análise dos protocolos disponibilizados pela Secretaria de Educação, todas as escolas receberam os materiais didáticos ao longo do mês de fevereiro.

Tendo em vista tais considerações, a recomendação encontra-se **implementada**.



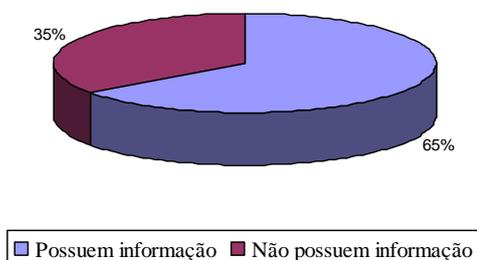
Recomendação: Identificar as falhas no processo de distribuição, adotando as providências necessárias que garantam a distribuição de livros didáticos no início do ano letivo.

Verificou-se que no exercício de 2010 não houve controle de recebimento, por parte das escolas, da quantidade de livros entregues nem registro das datas de entrega. Tal controle foi realizado apenas por parte da Secretaria de Educação. Os livros didáticos foram entregues pela Divisão de EJA – Comunicação Interna Circular 02, de 11 de março de 2010. As escolas receberam os livros, dando quitação à entrega na própria CI, sem a preocupação de guardar os protocolos de recebimento nas escolas. Os protocolos ficaram arquivados na Divisão de EJA.

Com base nos protocolos disponibilizados pela Divisão de EJA, foi possível verificar que algumas das escolas não especificaram a data de recebimento dos livros.¹¹ No exercício de 2010, as escolas 12 de março, Dr. Manoel Borba, Issac Pereira, Ministro Marcos Freire, Prof. Helio Ferreira Maia, apesar de terem assinado um protocolo de recebimento dos livros, não especificaram a data, comprometendo a possibilidade de controle da tempestividade das entregas (*Vide* CIs às fls. 284 a 288). Adicionalmente, houve escolas que ficaram sem nenhuma comprovação de recebimento dos livros por não apresentarem protocolo algum (nem por parte da escola nem por parte da Secretaria de Educação), a exemplo do Centro de Assistência Social, da Escola Dona Brites de Albuquerque, da Gregório Bezerra, da Lions Dirceu Veloso, da Maria José dos Prazeres e da Profa. Joana Sena.

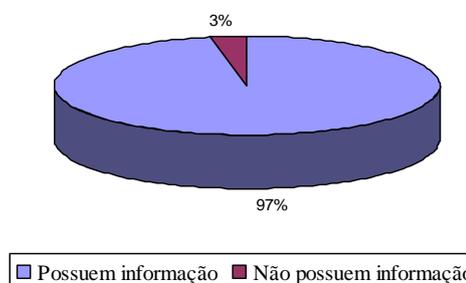
No exercício de 2011, a entrega de um total de 3.728 livros (título “É Bom Aprender”), para 2.809 alunos matriculados, foi realizada pelos correios. Os protocolos de recebimento dos livros, até então emitidos pela Secretaria de Educação, foram substituídos pelos informatizados do FNDE, contudo, sem informações acerca das datas de entrega às escolas (*Vide* modelo a fls. 289). Dessa forma, em 2011, 97% das escolas possuem registro do recebimento dos livros, apesar de tais registros não identificarem as datas.

Gráfico 5 – Informação sobre recebimento dos livros em 2010



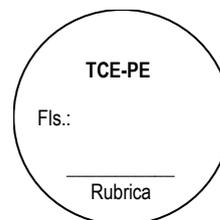
Fonte: Secretaria de Educação de Olinda adaptado pela equipe de auditoria

Gráfico 6 – Informação sobre recebimento dos livros em 2011



Fonte: Secretaria de Educação de Olinda adaptado pela equipe de auditoria

¹¹ Cópias arquivadas em pasta específica do segundo monitoramento.



Salienta-se, tendo em vista que a responsabilidade pela aquisição e distribuição dos livros, a partir do exercício de 2011, passou para o MEC, através do FNDE, que a presente recomendação tornou-se **não mais aplicável**.

Recomendação: Definir os responsáveis nas escolas pelo recebimento e posterior repasse dos livros e materiais didáticos para professores e alunos.

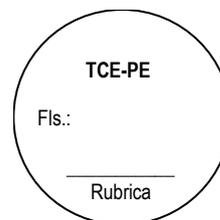
Com base na documentação encaminhada, em resposta a ofício deste Tribunal, foi possível verificar que as escolas fizeram a indicação dos responsáveis, em 2011, pelo recebimento dos livros e materiais de apoio (kit/aluno) destinados às turmas de EJA (*Vide* fls. 279 e 280). No entanto, de acordo com as entrevistas realizadas no segundo monitoramento, identificou-se que, na prática, a maioria das escolas não atrela formalmente a essa determinada pessoa (indicada pelo ofício) o recebimento e distribuição dos livros e materiais didáticos, ficando a responsabilidade para a Direção da escola, ou para aquele funcionário que esteja presente no momento da entrega. Tal prática não impede, no entanto, que o indivíduo que faz o recebimento do livro/material didático, o faça de forma que a entrega fique devidamente registrada – por meio da assinatura de um protocolo, que retorna à Secretaria de Educação.

Tendo em vista que houve a definição dos responsáveis e que a entrega está sendo efetivada e os livros e demais materiais estão sendo distribuídos para alunos e professores, entende-se que a recomendação foi **implementada**.

Considerações sobre o Achado

As dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Educação referentes à disponibilização tempestiva e uniforme dos livros didáticos às escolas não mais subsiste, tendo em vista que tal atribuição passou para o MEC, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático. No que concerne aos materiais didáticos, a Secretaria conseguiu instituir ações que resultaram na resolução do problema de atraso nas entregas. Nesse sentido, a auditoria entende que o achado em questão foi **sanado**.

Vale salientar, contudo, que permanece a necessidade de a Diretoria de Ensino instituir um sistema de controle de estoque para os materiais didáticos, de forma a melhor gerenciar os materiais disponíveis. Tal sistema hoje não existe.



3.2.2 Atendimento das necessidades de alunos e professores pelo livro didático

Achado 4: O livro adotado não atende às necessidades dos professores e alunos da EJA, segundo a percepção desses atores

Recomendação: Verificar a adequação dos livros às respectivas turmas/níveis de EJA, identificando as dificuldades enfrentadas por professores e alunos, adotando providências para saná-las.

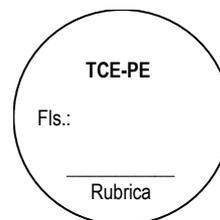
Por ocasião do Plano de Ação inicial, a gestão comunicou que estava programada formação específica para tratar sobre materiais didáticos, incluindo os livros. Entretanto, em entrevista realizada no primeiro monitoramento, afirmou não ter realizado a formação específica prevista, por ter sido constatado que não havia mais necessidade. Ratificou a resposta ao pedido de esclarecimento, informando que as discussões haviam sido efetuadas por meio de reuniões mensais com coordenadores pedagógicos e equipe técnica para identificar dificuldades e adotar providências e que, a partir das sugestões de adequação, já havia sido tomada a providência para substituição dos livros adotados para o nível 1.

Durante o primeiro monitoramento, foram solicitadas as pautas das reuniões realizadas entre os coordenadores pedagógicos e a equipe técnica, nas quais houve discussão sobre a adequação dos livros didáticos. Em resposta à solicitação, a gestão afirmou que a discussão não aparecia como ponto de pauta específico. Dessa forma, a recomendação foi considerada, à época, como em *fase inicial de implementação*. Restou como complemento ao atendimento da recomendação, o cumprimento pela gestão do levantamento e do registro das dificuldades enfrentadas não apenas pelos professores, mas também pelos alunos de todos os níveis de EJA.

Já neste segundo monitoramento, a Divisão de EJA informou que nos dias 22 e 23 de março de 2010 foi promovida formação específica para os professores com o tema “Livro Didático: sua exploração em sala de aula”, no sentido de esclarecer as dúvidas dos educadores e facilitar o uso adequado do livro didático. No Plano de Ação atualizado foi informado, também: que no dia 06 de outubro de 2010 os educadores foram convidados a participar da escolha do livro didático, a partir dos critérios estabelecidos pelo MEC (PNLD-EJA); que o livro didático escolhido seria utilizado no triênio 2011/2013 e entregue diretamente nas escolas pelo MEC; e que em janeiro de 2010, o livro de alfabetização foi incluído no PNLA/MEC e os coordenadores fizeram a escolha junto à Divisão de EJA.

Devido às ações novas descritas no Plano de Ação, a equipe de auditoria solicitou, por ofício a Secretaria de Educação de Olinda¹², a documentação referente ao conteúdo programático, inscrições e frequências dos professores, referentes ao seminário específico sobre o uso do livro didático; e as pautas das reuniões feitas entre os coordenadores pedagógicos e a equipe técnica nas quais houve discussão sobre a escolha e adequação dos livros didáticos.

¹² Ofício CCE/GEAP_EJA3M 01/2011, de 14 de outubro de 2011.



Em resposta à solicitação da equipe, a SEDO forneceu cópias da CI Circular 13, de 15 de março de 2010, solicitando a participação dos educadores no Seminário “O livro didático e sua exploração em sala de aula”; do conteúdo programático do Seminário da Coleção “Viver, Aprender”; currículo dos formadores e a ata de frequência da formação. Também foram fornecidas cópias dos slides com as descrições das obras a serem selecionadas pelos educadores e coordenadores da Educação de Jovens e Adultos.

Foram realizadas entrevistas com professores nas dez escolas visitadas. Na ocasião, foi realizada a escolha de um ou dois professores, dependendo da disponibilidade no momento, responsáveis preferencialmente por um dos níveis 3, 4 ou 5. Os educadores entrevistados responderam a um questionário com quinze questões sobre capacitações (cursos e eventos) e atividades de EJA (livro didático, motivação, carga horária). Entre essas, três corresponderam à escolha, qualidade e proposta curricular do livro didático.

O resultado da pesquisa realizada neste monitoramento apontou que 61,5% dos professores entrevistados afirmaram que não participaram ou que não foram convidadas a participar da escolha do livro didático. Entretanto, a pesquisa revelou que 84,6% dos professores consideraram os livros adotados de boa qualidade e que 92,7% avaliaram que os livros didáticos adotados atendem a proposta curricular em vigor.

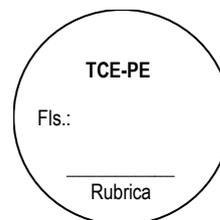
Também neste monitoramento, foi feita uma pesquisa junto aos alunos da EJA nas dez escolas visitadas. Entre os pontos investigados estavam as opiniões sobre os livros didáticos adotados no ano de 2011. Participaram da pesquisa 140 alunos. A pergunta realizada foi: “Você considera que os Livros Didáticos adotados ajudam nos seus estudos?” O resultado encontrado é representado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Livros didáticos

Livros didáticos	Frequência	%
Sem resposta	3	2,1%
Sim	126	90,0%
Não	5	3,6%
Em parte	6	4,3%
TOTAL	140	100%

Fonte: Equipe de auditoria

Diante do exposto, a recomendação foi considerada **implementada**. Enfatiza-se, contudo, que as ações previstas para a escolha do livro didático devem ter continuidade, obedecendo ao triênio estabelecido para a utilização dos livros adotados e que seja sempre verificada a adequação dos mesmos às necessidades dos professores e dos alunos durante o ensino e a aprendizagem dos respectivos níveis de EJA.



Recomendação: Realizar ações com o intuito de diagnosticar e tratar possíveis problemas na visão dos alunos da EJA e viabilizar a aquisição de óculos de grau, mediante, por exemplo, parcerias com órgãos e entidades da área de Saúde nas esferas municipal, estadual e federal.

No Plano de Ação resultante da auditoria, a Prefeitura Municipal de Olinda assumiu o compromisso de articular ações entre as Secretarias de Saúde, Políticas Sociais e Educação (municipais e estadual) para diagnóstico, tratamento e viabilização de óculos aos alunos da EJA. Ademais, mencionou o estabelecimento de convênio com o Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (LAFEPE).

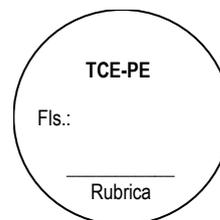
Em resposta ao ofício TC/CCE 281/2008, por ocasião do primeiro monitoramento, a Secretaria de Educação informou a articulação junto às Secretarias de Saúde e Políticas Sociais, para qual foi encaminhada relação de alunos com necessidades visuais e que estava no aguardo para o início do atendimento. A SEDO forneceu a relação com 807 alunos com dificuldades visuais relativa às 29 escolas que ofereciam EJA, bem como os ofícios de encaminhamento da EJA para a Diretoria de Ensino e da SEDO para a Secretaria Estadual de Saúde.

No relatório do primeiro monitoramento, foi apontado que a recomendação encontrava-se em *fase inicial de implementação*, pois foram tomadas as primeiras medidas de articulação no cumprimento desta recomendação e realizado o levantamento dos alunos com necessidades visuais, mas não ficou demonstrado o atendimento destes alunos nem o fornecimento de óculos de grau.

Neste segundo monitoramento, a Divisão de EJA apresentou o Plano de Ação (PA) modificado, informando que a Prefeitura Municipal, diante da demanda de atendimento oftalmológico, firmou convênio com o Ministério da Saúde (MS) para a adesão ao Projeto Olhar Brasil (POB), em setembro de 2010. Ainda segundo o PA, com a implantação do Programa Brasil Alfabetizado, em fevereiro de 2011, os professores participariam de formação específica para identificar os estudantes que apresentassem dificuldade de visão e que estes seriam encaminhados à Secretaria de Saúde para consulta oftalmológica e recebimento de óculos gratuitos.

Devido às ações novas descritas no PA, a equipe de auditoria solicitou, por ofício à Secretaria de Educação (OFÍCIO CCE/GEAP_EJA3M 01/2011, de 14 de outubro de 2011) a documentação referente ao Convênio de adesão ao Projeto Olhar Brasil do Ministério da Saúde.

A solicitação descrita acima foi atendida parcialmente, pois apenas foram fornecidas cópias do ofício 041/2010, da Secretaria de Saúde de Olinda, referente a proposta de adesão ao Programa Olhar Brasil encaminhado ao MS (18/01/2010); do ofício CIB/PE 93/2009 da Comissão Intergestores Bipartite do Governo do Estado (10/11/2009); da Resolução CIB/PE 1413, de 16 de novembro de 2009, que aprovou o Projeto Olhar Brasil de Municípios do Estado de Pernambuco e da planilha do MS referente a solicitação de adesão com os



respectivos quantitativos de beneficiados (alunos do ensino fundamental e do Brasil Alfabetizado e população acima de 60 anos de idade).

Como não ficou comprovada a homologação do convênio com o Ministério da Saúde para a adesão ao Projeto Olhar Brasil, a equipe de auditoria reiterou ao Secretário de Educação a necessidade de fornecimento da documentação correspondente ao termo de formalização do convênio através do Ofício CCE/GEAP_EJA2M 02/2011, de 29 de novembro de 2011. Concomitantemente foi encaminhado ofício CCE/GEAP_EJA2M 04/2011 à Secretaria de Saúde de Olinda solicitando:

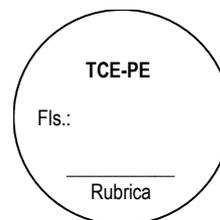
1. Resposta do Ministério da Saúde ao Ofício da Secretaria de Saúde 04/2010, acerca da inclusão do Município de Olinda no programa mencionado;
2. Procedimentos utilizados para captação dos alunos que serão avaliados no âmbito do programa;
3. Relação de alunos da EJA que passaram por exames no âmbito do programa e relação dos que foram beneficiados com óculos.

Todos os ofícios retrocitados foram respondidos tempestivamente pelas secretarias municipais. A Secretaria de Saúde forneceu cópias de ofícios e portarias referentes ao trâmite da inclusão do Município ao Programa Olhar Brasil e a relação dos beneficiados em 2011. A Secretaria de Educação apresentou outras documentações complementares.

Após a análise da documentação recebida verificou-se que os alunos da EJA não foram beneficiados com a adesão do município ao Programa Olhar Brasil, fato que foi confirmado na reunião realizada com as Sras. Jaciara França (responsável pela Divisão de EJA) e Maria de Fátima Cavalcanti Guerra (responsável pelo Departamento de Educação Básica), em 06 de janeiro de 2012. Segundo as gestoras, após a homologação da adesão ao Programa Olhar Brasil (30 de junho de 2010) a SEDO fez uma solicitação para o atendimento dos alunos de EJA, mas foi negado pela ex-Coordenadora Municipal do Programa Olhar Brasil, Sra. Joseane Félix, que alegou que o pedido não poderia ser atendido devido a modalidade de ensino em epígrafe não ser contemplada no Programa.

As gestoras acima também informaram que houve tentativas junto à Secretaria Estadual de Saúde para que houvesse o fornecimento dos óculos por parte do LAFEPE, já que havia a possibilidade do próprio município realizar os exames oftalmológicos. Entretanto, as mudanças de gestão na Secretaria Estadual de Saúde não permitiram a concretização de um convênio ou, até mesmo, do atendimento ao pleito. Percebe-se, portanto, que houve um equívoco no PA apresentado pela Prefeitura de Olinda, pois, a adesão ao Programa Olhar Brasil não possibilitou trazer o benefício para os alunos de EJA.

Diante da impossibilidade dos alunos de EJA serem beneficiados pelo Programa Olhar Brasil é salutar que a SEDO intensifique, junto às entidades governamentais da área de Saúde (municipal, estadual e federal), ações que propiciem àqueles alunos o acesso a consultas oftalmológicas e a óculos para os que apresentem necessidades visuais.



Após o que foi discorrido, considera-se que a recomendação continua em **fase inicial de implementação**, pois apesar da iniciativa de incluir os alunos de EJA no POB, a SEDO não conseguiu realizar ações com o intuito de diagnosticar e tratar possíveis problemas na visão, e conseqüentemente viabilizar a aquisição de óculos de grau.

Considerações sobre o achado

Durante a auditoria, foi observado que alguns alunos se encontravam com dificuldade na utilização do livro didático, conforme foi evidenciado no grupo focal realizado na auditoria e, durante o primeiro monitoramento, quando foram apontadas inadequações nos livros adotados para as turmas de EJA, conforme o resultado da pesquisa realizada com os professores.

No presente monitoramento, foi possível medir este achado, visto que pela pesquisa realizada há uma satisfação tanto pelos professores como pelos alunos entrevistados. Conforme os resultados obtidos, na percepção dos professores e alunos, houve melhorias nos livros didáticos adotados em relação à última medição de satisfação realizada pela equipe de auditoria deste Tribunal.

Classifica-se, portanto, este achado como **sanado**.

3.2.3 Adequação das capacitações

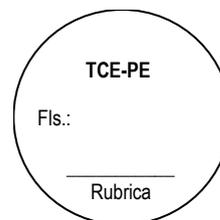
Achado 5: As capacitações oferecidas não têm sido adequadas às necessidades dos professores.

Recomendação: Utilizar resultado de pesquisa junto a professores e coordenadores pedagógicos no planejamento das capacitações no que se refere ao seu conteúdo e formato.

Durante o primeiro monitoramento, foi realizada entrevista com a equipe gestora. Na ocasião, a gestão afirmou que as formações realizadas em 2008 e 2009 já atenderam às questões levantadas pelos professores na pesquisa realizada pelo TCE-PE e forneceu a pauta e a frequência das capacitações específicas de EJA.

Embora as pautas evidenciassem que o conteúdo das capacitações vinha atendendo a algumas das críticas apresentadas pelos professores, na pesquisa realizada pela equipe de auditoria, não se revelaram suficientes para verificar se as capacitações vêm atendendo às necessidades dos professores. Portanto, no primeiro monitoramento foi considerado que a recomendação encontrava-se em *fase inicial de implementação*, ficando a cargo da gestão apresentar os resultados das avaliações dos professores sobre a adequação das formações realizadas nos próximos monitoramentos.

Neste segundo monitoramento, a Divisão de EJA apresentou o Plano de Ação, com alteração, informando que atendendo a solicitação dos professores no Programa de Formação foram incluídos temas específicos. Segundo o PA, os professores da EJA participaram de



vários eventos de formação – Seminário para implantação da Proposta Pedagógica, Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFITEA), Evasão na EJA, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Congresso de Tecnologia, do Projeto A Cor da Cultura. Tal fato motivou a equipe de auditoria a solicitar, por ofício à Secretaria de Educação Municipal de Olinda (OFÍCIO CCE/GEAP_EJA3M 01/2011, de 14 de outubro de 2011), conteúdo programático das formações de professores realizadas em 2010 e 2011.

Apesar da Secretaria de Educação do Município ter atendido à solicitação deste Tribunal de Contas, a documentação fornecida não possuía as atas de presença dos participantes e nem a pesquisa sobre o planejamento das capacitações no que se refere ao seu conteúdo e formato.

Como será exposto em mais detalhe na análise da próxima recomendação, de acordo com o conteúdo programático das formações realizadas pela Divisão de EJA, apenas no ano de 2010 houve uma maior preocupação com os problemas intrínsecos a aprendizagem da EJA, pois no ano letivo de 2011 foram abordados temas de amplitude e complexidade que envolvem o conteúdo programático da formação de educadores de forma geral, ou seja, sem especificidade de EJA.

Na entrevista realizada com os professores das escolas visitadas, os educadores entrevistados responderam a um questionário com oito questões sobre capacitações (cursos e eventos) que abordaram a participação dos educadores, conteúdo e carga horária das formações. O resultado da pesquisa apontou que 61,6% dos professores entrevistados afirmaram que não participaram ou que não foram convidados a participar da escolha dos cursos ou eventos oferecidos pela SEDO.

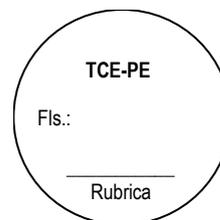
Diante do exposto, no presente monitoramento, a recomendação foi considerada ainda em **fase inicial de implementação**, uma vez que a gestão, apesar de ter realizado as formações, não apresentou os resultados das avaliações dos professores sobre a adequação dessas formações realizadas em 2010 e 2011.

Recomendação: Estruturar programa de formação continuada específica para EJA, com carga horária compatível com os conteúdos a serem trabalhados, adotando o horário mais adequado para a maioria dos professores.

O Plano de Ação inicial informava que o Programa de Formação promoveu encontros com os professores de EJA no horário noturno, realizando seminário específico sobre o uso do livro didático, do II Fórum Municipal de EJA e promoveu a participação destes no Colóquio Paulo Freire, no Intercâmbio de Experiências da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), contudo não havia informação sobre a estruturação de uma formação continuada.

Em 2008 a SEDO, em resposta ao ofício TC/CCE 281/2008, informou que em setembro daquele ano seria realizado encontro específico de professores da EJA, para troca de experiências. Deste modo, no primeiro monitoramento foi feita análise na documentação¹³

¹³ As pautas e as frequências das capacitações específicas de EJA.



fornecida sobre a formação continuada específica para os professores da EJA, cuja realização foi confirmada durante a realização de entrevista com a gestão.

Na análise documental, verificou-se que foram realizadas oito capacitações específicas de EJA em 2008, totalizando 10 dias de formação, o que foi considerado um grande avanço na gestão da EJA em comparação com a situação encontrada quando da auditoria realizada em 2006, tendo em vista que nesse ano apenas foram ministrados dois dias de formação específica para os professores de EJA.

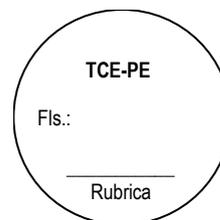
Dando continuidade ao primeiro monitoramento, quanto ao acompanhamento do Plano de Ação proposto pela SEDO, a equipe de auditoria deste segundo monitoramento solicitou, através de ofício, o fornecimento do conteúdo programático das formações de professores realizadas em 2010 e 2011. O material foi apresentado pela Secretaria de Educação.

Na análise documental, verificou-se que as formações ocorridas nos anos de 2010 e 2011 foram realizadas nos meses de fevereiro e julho dos respectivos anos. Em fevereiro de 2010 os temas abordados no encontro de formação tiveram, além de outros, especificidade correspondente a EJA, que foram: Marcos da EJA, Projetos didáticos, Permanência com sucesso na EJA e Avaliação e Registros. Já em julho de 2010 o tema da formação foi “O processo de construção do currículo da Rede Municipal de Ensino sob o ponto de vista de cada Componente Curricular”, que foi dirigida a todos os educadores e aos demais profissionais do ensino.

A Prefeitura Municipal de Olinda realizou em 2010 o II Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Município de Olinda e em 2011, o terceiro encontro. Em fevereiro de 2011, o tema da formação foi “Cultura de Paz / Mediação de Conflitos” e em julho do mesmo ano, o tema foi “Olinda Cidade Leitora, Construindo uma Cultura de Paz”. Ambos os eventos foram destinados a todos os educadores e demais profissionais do ensino.

Além das formações citadas, foi realizado o XI Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Região Metropolitana do Recife, em agosto de 2011, que teve como tema “Qualidade Social da EJA: de que estamos falando?”. O objetivo do Fórum foi buscar ações estruturadoras, por parte das políticas públicas, que efetivem o atendimento da escolaridade de pessoas jovens, adultas e idosas dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Recife.

Após a análise dos seus conteúdos relativos aos educadores da EJA, foi possível concluir que no ano de 2010 houve uma maior preocupação, conforme os temas abordados nas formações, com os problemas intrínsecos à aprendizagem da EJA (docência, avaliação, abandono, etc.). Entretanto, no ano letivo de 2011, apesar da amplitude e complexidade que envolve o conteúdo programático da formação de educadores, buscou-se debater o uso da leitura e da escrita, elementos fundamentais para a democratização social, como ações incentivadoras à cultura da paz, que foi o tema do ano letivo de 2011.



Conforme observado, foram realizadas duas grandes capacitações por ano, contudo, sendo apenas uma específica de EJA em 2010, totalizando dois dias de formação, destinada a 170 educadores de EJA, o que foi considerado, neste monitoramento, como um retrocesso em comparação com a situação encontrada quando da auditoria realizada em 2008. Houve um retorno à situação encontrada em 2006, quando da realização da auditoria, ano em que foram ministrados apenas dois dias de formação específica para os professores de EJA.

É importante ressaltar que além de buscar dentro da programação de formação de educadores uma formação continuada para a EJA bem definida e mais frequente, é preciso que haja conteúdos específicos que contemplem as problemáticas inerentes a essa modalidade de ensino. Observou-se que os programas de formação continuada realizada nos anos de 2010 e 2011 foram amplos e contemplaram outros aspectos que não são específicos para educadores de EJA.

O resultado da pesquisa realizada neste monitoramento apontou que apenas 38,5% dos professores entrevistados afirmaram que os conteúdos das capacitações contribuíram para a sua atuação em sala de aula e 61,6% responderam que a carga horária das formações não atendeu ou atendeu em parte as suas necessidades para a melhoria da EJA.

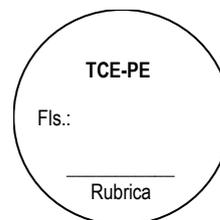
Através da realização dos cursos de formação de professores que possibilitem diversificar modelos e práticas, esses poderão adquirir saberes sobre a educação e sobre a pedagogia. Objetiva-se, com isso, a criação de novas relações entre professores e o saber pedagógico e científico, possibilitando o uso de instrumentos para a reflexão dos educadores sobre suas práticas, como também, para o aprimoramento destas. É imprescindível que a Divisão de EJA promova formação continuada específica para os seus educadores de EJA, pois é desta forma que se produzem saberes pedagógicos.

Como está exposto neste relatório, foi observado, no primeiro monitoramento, a realização de oito capacitações específicas de EJA em 2008, totalizando 10 dias de formação, o que foi bastante significativo em comparação com a situação encontrada em 2006. Mas, neste segundo monitoramento, foi observada apenas uma capacitação específica de EJA nos dois últimos anos, totalizando dois dias de formação para 170 educadores de EJA. Houve um retorno à situação encontrada em 2006.

Portanto, apesar da realização sistemática de capacitações/formações, a SEDO não conseguiu estruturar programa de formação continuada específica para a EJA nos dois últimos anos. Desse modo, a equipe de auditoria entende que a recomendação voltou à **fase inicial de implementação**.

Considerações sobre o achado

Pelas evidências apontadas neste relatório, decorrentes das análises realizadas na documentação disponibilizada, das entrevistas junto aos educadores e das reuniões realizadas com a gestão da EJA, com o objetivo de verificar se houve adequação das capacitações



oferecidas às necessidades dos educadores de EJA, constatou-se que houve uma diminuição na oferta de formações específicas para EJA.

Outro ponto a ser enfatizado neste monitoramento refere-se ao fato de que a Divisão de EJA não disponibilizou as avaliações dos professores sobre as suas formações, apesar de fornecer documentação referente às capacitações realizadas nos anos de 2010 e 2011. Salienta-se que apenas 38,5% dos professores entrevistados afirmaram que o conteúdo das capacitações contribuiu para a sua atuação em sala de aula.

Diante do exposto, considerando que ainda não foi estruturado programa de formação continuada específica para EJA, o achado foi classificado como **não sanado**.

3.3 Fatores externos que interferem na escolarização de jovens e adultos da EJA

Durante as entrevistas realizadas, as gestoras da EJA afirmaram que o problema do não cumprimento integral da carga horária não seria uma dificuldade apenas da EJA de Olinda, tendo em vista que os fatores externos elencados durante a auditoria afetam também aos demais municípios, como tem sido compartilhado nos encontros nacionais de EJA.

Dessa forma, atualmente, o controle é realizado de modo alternativo, através do quantitativo de dias de aula, com base em uma perspectiva de que todas as turmas de EJA cumpram os 200 dias letivos, em conformidade com a proposta curricular.

3.3.1 Cumprimento da carga horária

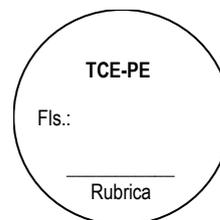
Achado 6: A carga horária não vem sendo cumprida integralmente nas turmas de EJA por conta de fatores externos ao programa.

Recomendação: Realizar levantamento em parceria com os diretores das escolas para verificar qual a carga horária efetivamente cumprida por cada turma de EJA.

No Plano de Ação de 2007, a gestão da Divisão de EJA informou que estava sendo elaborada nova matriz curricular para a rede municipal, porém não foi feita menção a ações específicas para realização do levantamento sugerido na recomendação da auditoria.

Em resposta ao pedido de informações sobre o estágio de implementação das recomendações em 2008, a equipe gestora da EJA comunicou que estava acompanhando e orientando quanto ao cumprimento da carga horária e exigindo que as escolas apresentassem calendário de reposição quando do não cumprimento.

Durante as entrevistas realizadas no primeiro monitoramento, as gestoras da EJA afirmaram ser impossível verificar permanentemente se a carga horária foi integralmente cumprida em todas as turmas. Definiram como possível o controle dos dias letivos efetivamente ofertados a cada turma de EJA, através da reposição de aulas, para aquelas



turmas que não completaram o quantitativo mínimo de dias, conforme determinado na proposta curricular.

O primeiro monitoramento considerou a recomendação *implementada* de forma alternativa, mas também considerou a importância de que nos próximos monitoramentos fosse verificado o cumprimento da reposição das aulas junto aos alunos de EJA.

No atendimento à recomendação do primeiro monitoramento e com base na informação do PA atualizado de que a Divisão de EJA monitora o cumprimento da carga horária nos acompanhamentos mensais, como também, o Departamento de Registro Escolar (Div de Inspeção), foi solicitada, neste monitoramento, a ficha de acompanhamento da carga horária e dos dias letivos cumpridos em cada turma de EJA em 2010 e 2011. Entretanto, tal documentação não foi fornecida.

Verificou-se que a prática da reposição de aulas para as turmas que não completaram os dias letivos fica prejudicada, pois, levando-se como paradigma o ano letivo de 2011, observa-se a previsão de 203 dias, o que correspondem a 812 horas. É importante ressaltar que a carga horária mínima para a EJA é de 200 dias letivos. Como o seu início ocorreu em 07 de fevereiro de 2011 e o seu final em 30 de dezembro de 2011, teve-se apenas uma folga de três dias para reposição de aulas.

Analisando os relatórios das inspetoras/assistentes técnicas pedagógicas, relativos a 2011, verificam-se deficiências (ausências) quanto ao registro do cumprimento da carga horária (dias letivos) por parte das escolas.

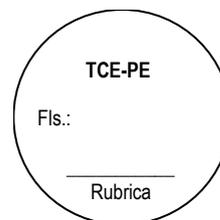
Neste segundo monitoramento, a recomendação foi considerada **não implementada**.

Recomendação: Medir e comparar o desempenho dos alunos, de acordo com avaliação padronizada a ser instituída, das turmas que recebem e das que não recebem aulas dentro da carga horária prevista.

Quando do primeiro monitoramento, conforme descrito na recomendação anterior, a gestão decidiu acompanhar o cumprimento das aulas em termos de dias letivos, justificando a impossibilidade de acompanhar o cumprimento da carga horária.

No presente monitoramento, foi mais uma vez alegado pela gestão que o levantamento da carga horária cumprida em cada turma não é realizado, uma vez que o acompanhamento continua a ocorrer através da quantificação dos dias letivos.

Nesse sentido, a recomendação continua a ser considerada como **não mais aplicável**.



Recomendação: Realizar discussão com professores e diretores, definindo alternativa para garantir a disponibilização do conteúdo mínimo necessário para o desenvolvimento das competências dos alunos de EJA em consonância com a proposta pedagógica adotada e diante das possibilidades reais de cumprimento de carga horária.

A gestão informou em 2007, no seu Plano de Ação, que os educadores de EJA participariam da sistematização da Proposta Político-Pedagógica e da matriz curricular, onde seria contemplada essa discussão. Em resposta ao ofício emitido por este Tribunal em 2008, foi reforçado que os conteúdos necessários para cada nível seguiam a orientação do MEC e foram disponibilizados para todas as escolas.

Durante as entrevistas realizadas no primeiro monitoramento, a gestão afirmou que a proposta curricular foi o documento que contemplou, entre outras questões, o conteúdo mínimo necessário para o desenvolvimento das competências dos alunos de EJA, definido a partir de ampla participação do professorado da Rede de Ensino Municipal.

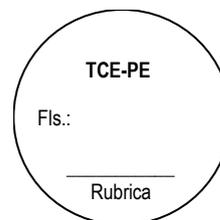
No primeiro monitoramento, a recomendação foi considerada *implementada*, pois foi realizada a elaboração e a aprovação da proposta curricular, comprovada por meio do fornecimento das atas de presença dos professores e diretores nos encontros.

Como já foi citado neste relatório, em reunião realizada entre a equipe técnica de auditoria e as Sras. Maria de Fátima (Educação Básica) e Jaciara França (Divisão de EJA), em 16 de novembro de 2011, foi fornecida pelas gestoras municipais a **Base Curricular da Rede Municipal de Ensino – Olinda, Uma Construção Coletiva, 2010**. Esta publicação corresponde ao trabalho coletivo de reflexão e produção, realizado durante dois anos (2008/2009) por professores, coordenadores, pedagógicos, gestores e especialistas, e estabelece o conteúdo curricular obrigatório, inclusive para as turmas de EJA.

Dessa forma, o que foi estabelecido na **Base Curricular da Rede Municipal de Ensino** deve ser considerado como conteúdo mínimo, não estando a cargo de discussões entre professores e diretores a sua alteração. Diante do exposto, conclui-se que a recomendação classifica-se como **não mais aplicável**.

Considerações sobre o achado

Considerando que houve modificação na forma de controle das aulas ofertadas aos alunos, o que atualmente é realizado através da quantificação de dias letivos, e que a maior parte das escolas efetivamente cumpre com a oferta da quantidade de dias letivos (203 dias), o achado foi considerado **atenuado**. Contudo, vale ressaltar que ainda há necessidade de aprimoramento do controle da reposição das aulas, quando identificado o não cumprimento da quantidade de dias letivos mínimos, conforme previsto pela Lei 9.394/1996, em seu artigo 24, inciso I.



3.3.2 Articulação da gestão da EJA com outros órgãos e programas municipais

Achado 7: A gestão do Programa não adota ações articuladas com outros órgãos e Programas do Município para fazer face aos fatores externos que prejudicam a escolarização dos alunos de EJA.

Recomendação: Promover discussão com as Secretarias do Governo Municipal no que diz respeito à integração de suas políticas no sentido de minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.

A gestão afirmou em 2007 que o Plano de Ações Estratégicas do município (PAE) previa ações articuladas entre as secretarias municipais e que questões de falta de segurança no entorno das escolas, transporte escasso após as 21 horas e falta de escolas municipais em algumas áreas seriam tratadas nas reuniões do secretariado.

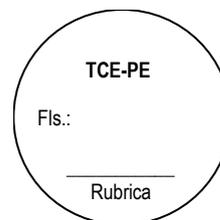
Em resposta ao ofício deste Tribunal¹⁴, a gestão informou que a Secretaria de Planejamento, Transporte e Meio Ambiente (SEPLAMA) do município de Olinda havia recebido as reivindicações da SEDO e apresentado um plano de revitalização e reorganização do transporte em Olinda, que já estava em fase de implantação. Quanto aos problemas com violência, ressaltou a parceria realizada com a Guarda Municipal para realização de rondas sistemáticas nas áreas mais vulneráveis nos horários de chegada e saída dos professores e alunos.

A equipe de auditoria solicitou no primeiro monitoramento o PAE, o plano de revitalização do transporte em Olinda e o documento que formalizou a parceria com a guarda municipal. Entretanto, a gestão forneceu material informativo sobre ações da SEPLAMA e, por fim, informou que, na verdade, não aconteceu a formalização da parceria entre a SEDO e a Guarda Municipal, uma vez que essa última é parte integrante da estrutura do governo municipal, mas que houve uma série de ações conjuntas entre esses órgãos em resposta às demandas das escolas. Nesse sentido, no primeiro monitoramento, a recomendação foi considerada *implementada*, pois após a análise do conteúdo do PAE, observou-se que a gestão promoveu discussão que redundou no que foi denominado de “interfaces” entre as diversas secretarias municipais.

No PA atualizado é informado que a Secretaria de Educação mantém no seu Plano de Trabalho ações articuladas com demais secretarias municipais conforme demandas apresentadas pelas escolas. A atualização do PA motivou a equipe de auditoria, neste segundo monitoramento, a solicitar cópias dos planos de trabalho de 2010 e 2011, por ofício.

Na reunião realizada com as Sras. Maria de Fátima (Educação Básica) e Jaciara França (Divisão de EJA), em 16 de novembro de 2011, as gestoras informaram que nos anos de 2010 e 2011 não ocorreram reuniões com outros órgãos municipais sobre os problemas externos que afetam a EJA. Como se observa, não houve uma ampla discussão sobre o que se

¹⁴ Ofício TC/CCE 281/2008.



poderia ser feito pelo governo municipal para que a EJA tenha uma redução da evasão por motivo externo.

Na leitura do plano de trabalho de 2010, verifica-se que as metas e objetivos para a promoção da articulação das atividades da Proposta Político-Pedagógica (PPP) da escola com programas e projetos de outras secretarias e entidades teve como foco o incentivo à inclusão de ações que pudessem minimizar o índice de evasão. No plano de trabalho de 2011, foi previsto o projeto de Reestruturação da Brigada Paulo Freire, tendo como foco a articulação com as demais secretarias municipais para o desenvolvimento de programas voltados para o público jovem, adulto e idoso, tema mencionado na próxima recomendação analisada.

Como foi exposto, observa-se que a gestão promoveu discussões sobre o tema, nos dois últimos anos, com o objetivo de incentivar e articular a participação de outras secretarias municipais no debate sobre os efeitos externos que prejudicam a escolarização de jovens e adultos. Portanto, considera-se a recomendação **implementada**.

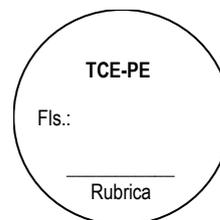
Recomendação: Elaborar Plano de Ação Integrada para fazer face às dificuldades externas enfrentadas pelos alunos de EJA com vistas a estimular sua permanência e bom aproveitamento, ou estender as ações previstas na “Brigada Paulo Freire” aos alunos de EJA.

Em 2007, a gestão mencionou, conforme detalhado na recomendação anterior, que um Plano de Ação Integrada seria elaborado a partir das reuniões do secretariado municipal, dentro do Plano de Ação Estratégica. Em 2008, respondendo ao ofício encaminhado pelo TCE-PE, o gabinete da Prefeitura informou que o programa do governo municipal foi orientado por estratégias que promoveram a integração das várias secretarias, dentre elas: Inclusão Social e Atenção Especial à Criança e ao Idoso, eixo no qual estão incluídas as ações voltadas à EJA.

Pelas informações repassadas, a equipe de auditoria solicitou, no primeiro monitoramento, o Plano de Ação Integrada à gestão, onde havia a previsão de estender as ações da Brigada Paulo Freire aos alunos de EJA, apresentando relatórios das reuniões realizadas. Tais relatórios demonstraram as ações previstas na Brigada referentes à Educação de Jovens e Adultos, mas, devido a dificuldades junto ao MEC, tais ações estavam suspensas. A situação relatada levou a equipe de auditoria a considerar, no primeiro monitoramento, que a recomendação encontrava-se em *fase inicial de implementação*.

Durante o segundo monitoramento, observou-se que o Plano de Ação estava atualizado na ação prevista para a recomendação. Segundo o PA, com a liberação dos recursos pelo FNDE, em janeiro de 2011, para implementação do Programa Brasil Alfabetizado, as ações que foram previstas seriam retomadas.

Devido à atualização citada acima, foi solicitado à Prefeitura Municipal de Olinda o Plano de Trabalho da Brigada Paulo Freire/Programa Brasil Alfabetizado – exercícios 2010/2011. A documentação fornecida pelas gestoras da Educação Básica e da Divisão de



EJA, em 16 de novembro de 2011 correspondeu ao Projeto Brigada Paulo Freire e ao “VII Colóquio Internacional Paulo Freire - Paulo Freire: Contribuição para a Educação e Cultura Popular”, realizado entre os dias 16 e 19 de setembro de 2010, na cidade do Recife.

Após análise do Projeto Brigada Paulo Freire, observou-se que, entre as ações previstas na Brigada, existe a pretensão de dar continuidade à educação dos estudantes alfabetizados através do encaminhamento dos mesmos às turmas regulares de ensino fundamental na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. O Projeto em epígrafe estabelece articulações com algumas secretarias municipais com o objetivo de melhorar a comunicação junto à população, o acesso dos estudantes aos espaços culturais, exames oftalmológicos, entre outros benefícios. Há, também, previsão de articulação com coordenadorias e conselhos correlatos.

As ações aplicadas pelo Projeto Brigada Paulo Freire levaram a considerar que a recomendação encontra-se **implementada**.

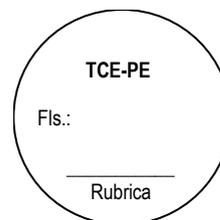
Recomendação: Promover discussão com os órgãos e gestores de programas da Secretaria, adotando alternativas de integração, no sentido de minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.

No seu Plano de Ação, a gestão mencionou que havia criado em 2006 a Brigada Paulo Freire e que esta ação estava sendo retomada com o reinício do Programa Brasil Alfabetizado. Entretanto, em resposta ao ofício do TCE, em 2008, a gestão informou que nesse ano, a retomada da Brigada Paulo Freire foi prejudicada pela falta de recursos oriundos do MEC.

Durante o primeiro monitoramento, as gestoras da Diretoria de Ensino informaram que havia sido tomada uma decisão interna de que a melhor maneira de se realizar a integração para minimizar os efeitos externos que afetavam a escolarização de jovens e adultos seria através da intensificação das ações da “Brigada Paulo Freire”. Na ocasião do monitoramento, a SEDO enviou documentos que demonstraram as articulações realizadas entre a SEDO e as demais Secretarias e órgãos municipais e estaduais.

No primeiro monitoramento a recomendação foi considerada *implementada*, não obstante o fato da suspensão das ações da “Brigada Paulo Freire” e sob a condição de que houvesse a verificação nos próximos monitoramentos quanto à retomada das referidas ações.

De acordo com a determinação do monitoramento anterior, neste monitoramento foi verificado que os trabalhos da “Brigada Paulo Freire” foram iniciados. Portanto, considera-se que a recomendação foi **implementada**. Salienta-se, contudo, a necessidade de verificação no próximo monitoramento, quanto à continuidade das articulações intersetoriais municipais para minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.



Considerações sobre o achado

Não obstante os esforços iniciais, por parte da gestão, em articular ações de diversos órgãos para minimizar os efeitos externos, apontados no relatório de auditoria, que interferem na escolarização de jovens e adultos, constatou-se, durante o segundo monitoramento, que as ações para fazer face aos fatores externos que prejudicam a escolarização dos alunos de EJA resumiram-se às previstas na “Brigada Paulo Freire”.

É imperativo que haja ações articuladas com outros órgãos públicos e programas do município de forma mais efetiva, tendo em vista o elevado percentual de abandono dos alunos de EJA, conforme pôde ser observado na Tabela 5 (subitem 3.4.2), referente ao movimento e rendimento dos alunos nos últimos três anos, demonstrando elevados índices de abandono/evasão.

Dessa forma, considerando o importante papel da “Brigada Paulo Freire” como agente articulador de ações, o presente achado foi **atenuado**, cabendo verificações posteriores a fim de concluir sobre as consequências desta articulação, junto a professores e alunos de EJA.

3.4 Acesso e permanência na EJA

Observou-se que a gestão vem adotando medidas no sentido de facilitar o acesso dos alunos à EJA, tendo em vista que há a possibilidade de ofertar turmas em horários alternativos, conforme a existência de demanda, e turmas nos níveis IV e V, aumentando as oportunidades para os alunos que terminam o nível III.

Quanto à permanência do aluno na EJA, percebe-se que ainda se faz necessário um maior empenho por parte da SEDO, pois o percentual de evasão é bastante alto como pode ser visto na Tabela 5 (subitem 3.4.2).

3.4.1 Acesso do público-alvo à EJA

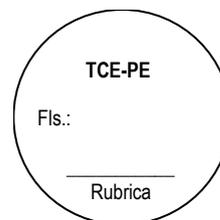
Achado 8: Público-alvo tem dificuldade de acesso à EJA

Recomendação: Levantar a capacidade operacional do programa e das escolas, e em havendo possibilidade de oferta de novas turmas de EJA no turno diurno, avaliar a existência de demanda, e sendo esta constatada, criar turmas em caráter experimental.

No Plano de Ação de 2007, a gestão afirmou que estava levantando a demanda por turmas diurnas de EJA e que estava prevista, para 2008, a criação destas turmas. A previsão foi comprovada pela nova relação das escolas, enviada em resposta dada ao ofício deste Tribunal.¹⁵

No primeiro monitoramento, a equipe de auditoria visitou a Escola Professora Norma Coelho (CAIC). De posse da relação de alunos, comprovou-se nas fichas de matrícula, a

¹⁵ Foram criadas duas turmas, ambas oferecidas na Escola Professora Norma Coelho (CAIC).



existência de 30 (trinta) alunos matriculados no nível 3 e 16 (dezesesseis) no nível 1, embora não tenha sido possível realizar observação direta dos alunos em sala de aula, devido ao período de recesso.

Neste segundo monitoramento, foi confirmado, durante visita da equipe de auditoria, que a Escola Professora Norma Coelho continuava atendendo no horário diurno, em uma turma compartilhada, abrangendo os níveis 2 e 3.

Quadro 2 – Matrícula de turmas diurnas de EJA

Escola	2009		2010		2011	
	Turma	Nº de alunos	Turma	Nº de alunos	Turma	Nº de alunos
Escola Prof. ^a Norma Coelho	Nível 1	16	Nível 2	31	Nível 2	43
	Nível 3	30	Nível 3	39	Nível 3	50

Fonte: Equipe de auditoria, com base nas informações da Escola Professora Norma Coelho – CAIC

Diante do exposto e considerando que à época da auditoria não havia nenhuma turma ofertada no turno diurno, pode-se avaliar que há disposição, por parte da SEDO, em oferecer turmas de EJA conforme demanda, portanto, considera-se a recomendação **implementada**. Entretanto, é importante que seja acompanhada a disponibilidade da criação de novas turmas no próximo monitoramento.

Considerações sobre o achado

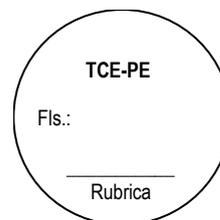
Foi solicitado à gestão da EJA que fornecesse o quantitativo de alunos matriculados, dos anos letivos de 2010 e 2011, com o objetivo de se observar a evolução das matrículas nos quatro últimos anos, o que está demonstrado na Tabela 3. Tais informações servirão de linha de base para acompanhamento da evolução da oferta de EJA nos próximos monitoramentos.

Tabela 3 – Quantitativo de alunos matriculados nos diversos níveis de EJA entre 2008 e 2011

Nível	Quantidade de matriculados			
	2008	2009	2010	2011
1	476	277	331	130
2	759	908	809	444
3	1240	1107	876	1007
4	439	976	597	649
5	221	307	482	580
Telessalas	351	222	-	-
Total	3.486	3.797	3.095	2.810

Fonte: Equipe de auditoria com base nas informações da Diretoria de Ensino - SEDO

A possibilidade da oferta de turmas no turno diurno permite afirmar que o achado foi **sanado**, porém, é importante frisar que esse achado escapa ao controle da gestão, tendo em vista que as dificuldades do público-alvo de acessar à EJA apresentam, muitas vezes, peculiaridades relativas às suas vidas pessoais e que, portanto, a oferta de turmas dependerá da capacidade operacional da SEDO, que pela demanda pode se tornar inviável.



3.4.2 Permanência dos alunos na EJA

Achado 9: Dificuldade de permanência dos alunos na EJA.

Recomendação: Trabalhar nas capacitações dos professores conteúdos destinados a elevar a autoestima dos alunos, ressaltando que a escolarização é um direito de todos.

A gestão afirmou em 2007, no seu Plano de Ação, que na formação dos professores estava previsto o aspecto da autoestima dos educandos e dos educadores, com realização de oficinas de relações interpessoais e da reedição dos encontros de alunos, no ano letivo de 2008. Em resposta ao ofício TC/CCE 281/2008, informou que estavam trabalhando para reafirmar a confiança depositada nos educadores da rede, mas não foram citados os conteúdos para elevar autoestima dos alunos.

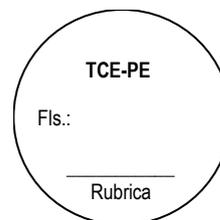
No primeiro monitoramento, a equipe de auditoria solicitou o conteúdo programático das formações realizadas, os quais foram apresentados pela gestão, mas não demonstraram itens específicos que abordassem a elevação da autoestima dos alunos. Na ocasião, a gestão afirmou que na Proposta Curricular foi inserido um novo componente curricular - juventude, ética e cidadania. Segundo a gestão, este novo conteúdo tem sido trabalhado junto aos professores e coordenadores pedagógicos em reuniões. Porém, afirmou que as oficinas de relações interpessoais não foram retomadas por falta de adesão dos professores devido à dificuldade de participarem de formação fora do horário de aula.

No primeiro monitoramento, a recomendação encontrava-se em *fase inicial de implementação*, pois a aplicação da iniciativa de inserir um componente curricular para elevar a auto-estima dos alunos do referido componente ainda não estava claramente demonstrada.

Neste segundo monitoramento, houve a informação, pela Divisão de EJA, de que em 2009 foi realizado o V Encontro dos Estudantes da EJA, com o objetivo de fazer uma reflexão sobre a importância da permanência dos alunos nas salas de aula. A programação contou com relato de estudantes e exibição de vídeos. Observa-se, pela redação do PA, que houve um equívoco, pois a recomendação em análise refere-se à necessidade de se tratar, nas capacitações dos professores, da temática referente à elevação da autoestima dos alunos. Por outro lado, a atuação da gestão ocorreu em trabalhar diretamente com os alunos a questão da motivação e da autoestima, o que reflete uma boa prática, mas não corresponde ao atendimento da recomendação.

O equívoco cometido motivou a solicitação da documentação relativa ao encontro dos estudantes e ao conteúdo programático das formações de professores realizadas em 2010 e 2011, pela equipe de auditoria, através de ofício.

Na reunião realizada com as gestoras da Divisão de EJA, em 16 de novembro de 2011, foi fornecida a documentação solicitada. Entretanto, segundo o conteúdo programático



contido na documentação, apenas na capacitação realizada em fevereiro de 2010 abordava a permanência com sucesso na EJA. Outro aspecto a ser ressaltado é que no Planejamento do programa de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de 2011, não havia previsão de atividade que abordasse conteúdos destinados a elevar a autoestima dos alunos.

Neste monitoramento, considera-se que a recomendação está, ainda, em **fase inicial de implementação**, pois apesar da iniciativa de inserir um componente curricular para elevar a autoestima dos alunos, as formações de professores são deficientes quanto ao tema em questão, ou seja, apenas um elemento está sendo objetivado, o aluno, enquanto que é necessária a inserção do outro, o educador.

Recomendação: Divulgar experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA.

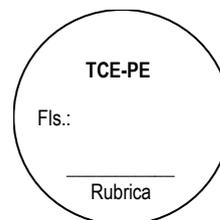
Em 2007, o Plano de Ação apresentado informava existir um programa de socialização das experiências exitosas através da publicação da revista “Troca-Troca de Experiências Educacionais”, mas colocava como nova ação a realização de momentos de socialização nos encontros de formação, com depoimentos de alunos e professores.

Em 2008, respondendo ao ofício deste Tribunal, a gestão afirmou que estava em fase de planejamento, para ser realizado, em novembro de 2008, um encontro de professores e estudantes da EJA.

Durante o primeiro monitoramento, foram solicitados a Revista “Troca-Troca de Experiências Educacionais” e documentos que comprovassem a realização do IV Encontro dos Estudantes de EJA. Assim, a gestão forneceu um exemplar da revista, um “folder” do encontro, com conteúdo programático, ata de presença e ofício de encaminhamento às escolas. Entretanto, não foi apresentado nenhum caso específico de divulgação de experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA.

Adicionalmente, foi identificado um exemplo de experiência exitosa que poderia ser divulgada para toda a rede municipal de ensino, que foi a iniciativa dos alunos da Escola Professor Hélio Maia. Eles criaram o “Dia do Visitante na Escola”, que pretendia aumentar o número de alunos matriculados na classe, além de esclarecer a comunidade acerca da importância da escolarização para a vida das pessoas. Os resultados da iniciativa foram: maior visibilidade das turmas de EJA junto à escola e na comunidade; melhoria da autoestima dos alunos, tornando-os mais participativos e atuantes na escola; e maior percepção por parte dos estudantes sobre o valor da mobilização quanto às conquistas dos seus objetivos.

Portanto, diante do que foi identificado, considerou-se, na época, que a recomendação encontrava-se em *fase inicial de implementação*, pois, apesar da existência do espaço adequado para divulgação de experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA, a divulgação não vinha sendo realizada.



Neste segundo monitoramento, o PA estava atualizado com a informação da Coordenadora do Departamento de Educação Básica que em 2009 foi realizado o V Encontro dos Estudantes da EJA, com o objetivo de fazer uma reflexão sobre a importância da permanência dos mesmos nas salas de aula. A programação contou com relato de alunos e exibição de vídeos. A atualização motivou a solicitação da documentação relativa ao encontro dos estudantes pela equipe de auditoria através de ofício.

Na reunião realizada com as gestoras da Educação Básica e da Divisão de EJA, em 16 de novembro de 2011, foi fornecida a documentação referente ao V Encontro dos Estudantes da EJA (2009). Entretanto, não foi informado sobre a continuidade desse encontro nos anos de 2010 e 2011. Como se observa, houve interrupção nas ações de divulgação de experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA.

Portanto, diante o que foi identificado no primeiro e no segundo monitoramentos, considera-se que a recomendação ainda está em **fase inicial de implementação**, pois houve descontinuidade na divulgação de experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA.

Recomendação: Realizar estudo da demanda por turmas dos níveis 4 e 5 nas escolas e incluir tais turmas no planejamento anual da EJA, com definição das escolas que oferecerão essas turmas, quantitativo de turmas, período de matrícula e data de início e término de aulas. Divulgar essas informações nas escolas com antecedência, incentivando os alunos concluintes do nível 3 a continuarem os estudos.

O Plano de Ação de 2007 informava que havia indicação de pleito para que o atendimento dos níveis IV e V de EJA fosse gradativamente assumido pelo Estado e que estava sendo realizado o levantamento da demanda por turmas desses níveis, para posterior encaminhamento à SEDUC/PE da relação das escolas que dispõem dessa demanda. Em 2008, respondendo ao ofício deste Tribunal de Contas, a Diretoria afirmou que o levantamento supracitado foi realizado e que as vagas foram divulgadas junto à comunidade escolar e também, que os alunos concluintes do nível III foram encaminhados às escolas estaduais para continuarem os estudos.

Durante as entrevistas realizadas no primeiro monitoramento, a gestão informou que houve a decisão do próprio município em intensificar a oferta dos níveis IV e V. Informou, ainda, que tinha ampliado a oferta de turmas de EJA dos níveis IV e V devido ao aumento da demanda, inclusive passando a oferecê-las em outras escolas, além das duas que já ofereciam em 2006. Conforme foi comprovado, o aumento da oferta dos níveis IV e V, no primeiro monitoramento, a recomendação foi considerada *implementada*.

Durante este segundo monitoramento, a equipe de auditoria solicitou a relação das escolas com os quantitativos de alunos referentes aos anos de 2010 e 2011, objetivando a aferição da quantidade ofertada dos níveis IV e V. A consolidação dos dados pode ser vista na Tabela 4, a seguir:

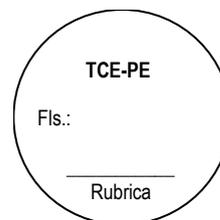


Tabela 4 – Quantitativo de escolas, turmas e alunos atendidos pela EJA municipal nos níveis 4 e 5

2009			
Nível	Qtde. de Escolas	Qtde. de Turmas	Qtde. de Alunos
IV	18	27	1.010
V	8	14	495
Total	20	41	1.505
2010			
Nível	Qtde. de Escolas	Qtde. de Turmas	Qtde. de Alunos
IV	12	19	597
V	12	19	482
Total	15	38	1.079
2011			
Nível	Qtde. de Escolas	Qtde. de Turmas	Qtde. de Alunos
IV	13	19	649
V	13	18	580
Total	13	37	1.229

Fonte: Equipe de auditoria com base nas informações da Diretoria de Ensino - SEDO

Como foi comprovado, há continuidade da oferta dos níveis IV e V pelo município, de forma que não há mais a necessidade de realização de estudos acerca da demanda por tais níveis. A recomendação, dessa forma, foi considerada **não mais aplicável**.

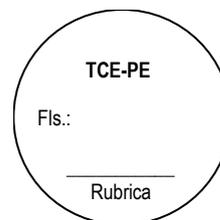
Recomendação: Incluir alunos de EJA nas políticas que visem à profissionalização de jovens e adultos, a exemplo do previsto no Projeto Brigada Paulo Freire.

Segundo o Plano de Ação de 2007, estavam em curso entendimentos com Faculdades de Olinda e com a Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) para a realização de oficinas profissionalizantes para os alunos de EJA. Em 2008, na resposta ao ofício deste Tribunal de Contas, a gestão afirmou que já estava tratando do assunto.

No primeiro monitoramento, foi solicitada a relação dos projetos de profissionalização para jovens e adultos, bem como a relação dos alunos matriculados. A gestão respondeu pelo Ofício 613/09 – GAB/SEDO, que

[...] os cursos profissionalizantes ofertados pela PMO/SEDO foram realizados em duas dimensões: cursos regulares de práticas profissionais (Bijuterias, Macramê, Crochê, Tenerife, Moda íntima, Informática, Estamparia, Confeitaria, Culinária, Pintura e Corte/costura); e noutra dimensão a parceria realizada entre a PMO/SEDO, num acordo de cooperação técnica com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco/CEFET, instalando um Núcleo de Extensão em Olinda, foram ofertados os cursos de Informática (AutoCAD), Customização de Roupas, Gesso para a construção civil e Qualidade no atendimento.

Embora tivesse informado, no mesmo ofício, que tais cursos foram amplamente divulgados, inclusive nas escolas municipais que ofertam EJA, não ficou caracterizado que houve um trabalho específico para inclusão dos alunos de EJA em tais projetos de



profissionalização. Tal situação fez essa recomendação ser classificada como *não implementada* no primeiro monitoramento.

Neste segundo monitoramento, observou-se a atualização do Plano de Ação, pois segundo o Gabinete do Prefeito, a partir da liberação dos recursos pelo FNDE seriam retomadas as ações em conjunto com as demais Secretarias Municipais, conforme previsto no Projeto da Brigada Paulo Freire/2010.

Apesar do início das ações da Brigada Paulo Freire, não ficou caracterizada a existência de um trabalho específico para inclusão dos alunos de EJA em projetos de profissionalização. Como os trabalhos da referida Brigada foram iniciados em 2011, devido à falta de recursos, conseqüentemente, ainda é necessário tempo para aplicação das ações prevista para a realização dos cursos profissionalizantes. Considera-se, assim, que a recomendação está em **fase inicial de implementação**, precisando ser verificado no próximo monitoramento a efetivação da inserção dos alunos da EJA em cursos profissionalizantes.

Recomendação: Promover articulação com o Governo do Estado, com o intuito de ampliar a oferta de turmas nos níveis 4 e 5 da EJA.

Conforme mencionado no relatório do primeiro monitoramento, a gestão municipal aumentou a oferta de turmas dos níveis IV e V. Nesse sentido, considerando que a articulação com o governo do Estado, após a decisão de assumir tais turmas na rede municipal, não objetivava mais a ampliação da oferta de turmas, mas sim atender a situações específicas de alguns alunos, a equipe entendeu, à época, que a recomendação seria classificada como *não mais aplicável*.

No presente monitoramento, a situação de oferta de turmas de níveis IV e V permanece, inclusive, com elevação de seu número. Dessa forma, a recomendação continua como **não mais aplicável**.

Considerações sobre o achado

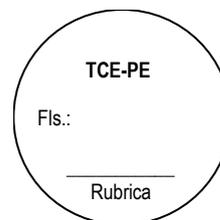
Observa-se que das cinco recomendações relacionadas ao presente achado, apenas uma foi considerada implementada e em três delas observam-se ações que possibilitam o atendimento, por parte da SEDO, num momento futuro.

Como se pode verificar na tabela abaixo, o comportamento de desistência nos últimos três anos, considerando todos os níveis, é bastante significativo.

Tabela 5 – Percentuais de rendimento geral das turmas de EJA

Nível	Percentual de Aprovação	Percentual de Reprovação	Percentual de Desistência
2008	37,55%	17,36%	45,09%
2009	34,74%	13,72%	51,55%
2010	35,92%	16,94%	44,11%
Média Geral	36,07%	16,01%	46,92%

Fonte: Equipe de auditoria com base nas informações da Diretoria de Ensino - SEDO



Na pesquisa realizada junto aos alunos neste segundo monitoramento, foi perguntado: “Em sua opinião o que poderia fazer você desistir do curso?” Participaram 140 alunos correspondentes aos níveis III, IV e V de dez escolas municipais. Na ocasião, os estudantes assinalaram os motivos, em escolha múltipla, que poderiam fazê-los desistir das aulas da EJA. Os resultados encontrados estão representados na Tabela 6.

Tabela 6 – Motivos para desistência

Motivo de desistência	Freq.	%
Não resposta	27	19,30%
Falta de segurança	29	20,70%
Choque (incompatibilidade) de horário com o Trabalho	33	23,60%
A escola não motiva	13	9,30%
Problemas particulares (família, saúde, etc.)	35	25,00%
Os professores não são dedicados/interessados	11	7,90%
Dificuldades de transporte	15	10,70%
Outros	18	12,90%
TOTAL	140	

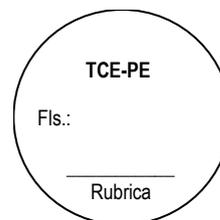
Fonte: Equipe de auditoria

Observa-se na Tabela 6 que as maiores frequências referidas como possíveis motivos para desistência são o choque (incompatibilidade) de horário com o trabalho e os problemas particulares (família, saúde, etc.). Esses resultados aproximam-se, em ordem de grandeza, dos apontados pelo IBGE na pesquisa divulgada em 2007 sobre educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos¹⁶, revelando que, dentre os motivos para a não conclusão do curso de educação de jovens e adultos apontados por aquelas pessoas que frequentaram anteriormente, os principais eram: o horário das aulas não era compatível com o horário de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%); o horário das aulas não era compatível com o horário dos afazeres domésticos (13,6%); tinha dificuldade de acompanhar o curso (13,6%); não havia curso próximo à residência (5,5%); não havia curso próximo ao local de trabalho (1,1%); não teve interesse em fazer o curso (15,6%); não conseguiu vaga (0,7%); e outro motivo (22,0%).

Assim, percebe-se que o elevado número de desistências entre os alunos da EJA em Olinda reflete o cenário nacional e merece atenção especial, pois parte dos motivos apresentados pode ser minimizado a partir de uma política para a educação que contemple ações de intervenção das escolas e demais segmentos envolvidos na EJA nas causas que vem gerando desistências.

Os dados sobre o rendimento anual das turmas de EJA servirão como linha de base para que este Tribunal de Contas possa acompanhar, no próximo monitoramento, o

¹⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoe_rendimento/pnad2007/suplementos/jovens/default.shtm. Acesso em: 04/08/09.



comportamento da permanência e/ou abandono dos alunos de EJA no processo de escolarização dessa modalidade de ensino.

Dessa forma, embora ainda haja necessidade de avanços, considera-se que o presente achado foi **atenuado**, pois a porcentagem de desistência manteve uma média alta nos três anos.

3.5 Outros achados

3.5.1 Estrutura física e de pessoal para o gerenciamento da EJA

Achado 10: A estrutura física e de pessoal disponibilizada para a Diretoria de Ensino e para a Divisão de EJA é insuficiente para o gerenciamento eficiente.

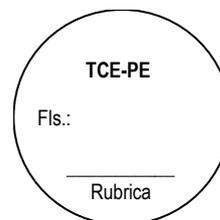
Desde a realização da auditoria inicial, em 2006, foi identificado grave problema de estrutura física e de pessoal no que se refere à EJA. Havia limitações quanto ao número de funcionários, quanto ao acesso a computador e à internet. De acordo com a equipe de trabalho, as dificuldades geravam limitações que terminavam por impactar na compra e distribuição de materiais didáticos e na dificuldade de acompanhamento junto às escolas.

Recomendação: Elaborar estudo sobre a estrutura física e de recursos humanos necessária para o gerenciamento da EJA pela Diretoria de Ensino e pela Divisão de EJA.

De acordo com o relatório do primeiro monitoramento, a Diretoria de Ensino afirmou, quanto à estrutura física, que já possuía uma estrutura mínima de computador interligado à internet e, quanto à estrutura de recursos humanos, mencionou que a totalidade do quadro de professores já era de servidores efetivos. No que se refere aos demais cargos, estes ainda eram preenchidos por contratos temporários, com a finalidade de suprir as necessidades do órgão até a realização de concurso público. Contudo, de acordo com o mencionado relatório, não houve menção àqueles servidores responsáveis pelo gerenciamento da EJA, real objeto da presente recomendação no tocante aos recursos humanos. Nesse sentido, a recomendação foi tida como em *fase inicial de implementação*, tendo em vista a necessidade de aperfeiçoamento do levantamento realizado, levando-se em consideração as necessidades de estrutura física e de recursos humanos para o adequado gerenciamento da EJA.

No presente monitoramento, foi possível constatar a realização de estudos adicionais acerca das necessidades estruturais e de pessoal, a exemplo do Planejamento Estratégico Participativo, realizado em 2011. No mencionado documento, estão descritos objetivos e metas para melhoria da gestão administrativa, entre as quais se destaca a necessidade de adequação e manutenção dos espaços educacionais, bem como de implantação de uma política de recursos humanos voltada para a socialização de informações e benefícios.

A realização do mencionado planejamento envolveu uma fase de diagnóstico participativo, quando foram levantadas as principais queixas e percepções dos servidores integrantes da equipe de gestão educacional. Nesse diagnóstico foram apontados, em especial, problemas relacionados à estrutura precária das escolas, ao atraso na entrega de materiais



didáticos, à necessidade de pessoal e de capacitação e à necessidade de planejamento das ações.

Diante do exposto e tendo em vista que a recomendação refere-se especificamente à realização de estudos sobre a matéria em análise, ela encontra-se **implementada**.

Recomendação: Disponibilizar à Diretoria de Ensino e, em especial, à Divisão de EJA a estrutura física e de recursos humanos necessária para o gerenciamento do programa.

O problema identificado pela auditoria, no relatório inicial, estava centrado na inadequação da estrutura física e de pessoal disponibilizada para a Diretoria de Ensino e, em especial, para a Divisão de EJA quanto a: pessoal, computador e acesso à internet. Por ocasião do primeiro monitoramento, a gestão mencionou, no acompanhamento do Plano de Ação, que tomaria providências junto à Secretaria da Fazenda e da Administração de Olinda para garantir recursos financeiros para o cumprimento desta recomendação. Contudo, ao fornecer relação de servidores da Diretoria de Ensino, deixou evidente que houve redução de quatro para dois servidores responsáveis pelo gerenciamento da EJA, em relação ao observado durante a auditoria.

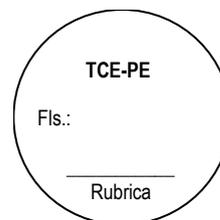
Durante o exercício de 2011, a EJA contou com um quadro de seis servidores, dos quais dois para a função de auxiliares de secretaria, três professoras e a coordenadora da Divisão de EJA. Vale ressaltar que ainda permanecem as deficiências de pessoal, em especial, para atividades de apoio e fiscalização/monitoramento das escolas com turmas de EJA, trabalho a ser realizado pelos inspetores de ensino.

Apesar da reestruturação do organograma da Secretaria, da realocação de alguns setores da Diretoria de Ensino para casas com mais espaço físico e da realização de concurso público, em abril de 2011, as dificuldades permanecem. Os aprovados no concurso têm sido chamados aos poucos e ainda estão em fase de treinamento. Dessa forma, a Divisão de EJA ainda não foi beneficiada. Persistem as dificuldades de acesso à internet e as obras nas escolas ainda não foram iniciadas.

Vale ressaltar que, apesar da realização do Planejamento Estratégico Participativo em 2011, as ações previstas ainda estão sendo implantadas, de modo que a presente recomendação encontra-se em **fase inicial de implementação**.

Considerações sobre o achado

Os problemas relacionados à estrutura física disponível, em especial, para a Divisão de EJA, foram amenizados pela realocação em espaço físico maior, contudo, ainda permanecem as dificuldades de acesso à internet e a necessidade de pessoal. Tendo em vista que houve realização de concurso público no exercício de 2011 e que existe expectativa de disponibilização de novos servidores para a EJA, o achado foi considerado **atenuado**.



3.5.2 Informações orçamentário-financeiras da EJA

Achado 11: A equipe da EJA não recebe informações orçamentário-financeiras do Departamento Financeiro da Secretaria de Educação.

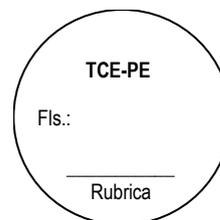
Desde a realização da auditoria, foi identificado que a equipe da EJA não dispunha de informações orçamentário-financeiras atualizadas sobre as ações desenvolvidas. Durante as entrevistas, a equipe gestora afirmou que havia dificuldades no gerenciamento dos recursos, inclusive com casos de devolução desses ao final do exercício, por desconhecimento da existência de saldo. As informações fornecidas pela Diretoria Financeira, à época, apresentaram-se de maneira incompleta ou equivocada.

Recomendação: Identificar e sanar as dificuldades enfrentadas pelo Departamento Financeiro para o fornecimento de informações orçamentárias e financeiras consistentes e tempestivas da EJA.

Por ocasião do primeiro monitoramento, a Secretaria de Educação informou que intensificaria sua atuação junto à Secretaria da Fazenda para disponibilizar as informações relacionadas ao FUNDEB, uma vez que os recursos para a EJA estão contemplados no Fundo, e as despesas com a EJA estão inseridas na prestação de contas do FUNDEB. As dificuldades relatadas acerca do assunto, de acordo com o Departamento Financeiro da Secretaria, estavam centradas em falhas de comunicação interna, cuja resolução passaria, necessariamente, pela criação de mecanismos de identificação do que foi gasto especificamente em EJA. Essa identificação não estaria materializada em nenhum documento. Considerando que o setor financeiro, embora informalmente, identificou a principal dificuldade para gerar as informações em pauta, a equipe considerou que a recomendação encontrava-se em *fase inicial de implementação*.

Apesar da realização do diagnóstico acima relatado, no presente momento, as dificuldades de informação permanecem. Não houve progresso nesse aspecto, tendo por base a situação encontrada durante o primeiro monitoramento. Os gestores ratificaram, durante as entrevistas realizadas neste segundo monitoramento, a existência de dificuldades de troca de informações orçamentárias/financeiras entre a divisão de EJA e o Setor Financeiro da Secretaria de Educação, e demonstraram interesse em buscar as soluções.

Considerando que ainda não foi implementada nenhuma sistemática ou mecanismo de detalhamento das despesas atreladas especificamente à EJA, a serem repassadas à Divisão de EJA, de forma a dar mais transparência e auxiliar no planejamento das despesas, pode-se afirmar que essa recomendação permanece em **fase inicial de implementação**.



Recomendação: Manter relatórios atualizados sobre a execução orçamentária e financeira da EJA e enviá-los mensalmente à equipe gestora do programa.

Durante o primeiro monitoramento, foi solicitado à Diretoria de Ensino, o relatório referente à execução orçamentária e financeira dos recursos provenientes do FUNDEB, referentes às atividades da EJA. A equipe de auditoria foi informada que a Diretoria de Ensino não dispunha de tais informações, uma vez que elas seriam de responsabilidade do setor financeiro da Secretaria de Educação. Como realizado na recomendação anterior, as informações foram solicitadas ao setor financeiro, que a disponibilizou, contudo, de forma conjunta com outras despesas não relacionadas à EJA, mas integrantes do FUNDEB. Tal situação dificulta o acompanhamento do que foi efetivamente executado na EJA.

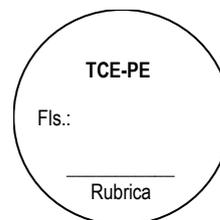
Apesar de constatada a necessidade de realizar, a partir daquele momento, uma identificação mais detalhada das despesas, para facilitar o fornecimento das informações, e de mencionada a intenção, por parte do setor financeiro, de implantar tal prática já para o exercício de 2010 “com a manutenção de relatórios atualizados sobre a execução orçamentária e financeira do programa” (fls. 370 do relatório do primeiro monitoramento), não houve mudanças na situação.

A situação descrita permanece, atualmente, sem solução. Em resposta ao pedido de informações realizado no segundo monitoramento, a Divisão de EJA mais uma vez demonstrou dificuldades de acesso aos relatórios com especificação das despesas da EJA. Das informações orçamentárias e financeiras relacionadas à EJA, apenas àquelas concernentes a folha de pagamento podem ser identificadas de forma específica nos relatórios orçamentários (*Vide* comparativos de despesa relativos a 2009 e 2010 às fls. 291 a 294). Existem queixas dos dois principais atores envolvidos na questão, quais sejam o setor financeiro e a Divisão EJA, acerca da necessidade de maior interação e de fornecimento de informações.

Tendo em vista as considerações realizadas e a permanência da necessidade de maior integração entre a atuação do setor financeiro da secretaria e a Divisão de EJA, a presente recomendação classifica-se como **não implementada**.

Considerações sobre o achado

O achado em questão trata da dificuldade da divisão de EJA de receber informações orçamentário-financeiras detalhadas do Departamento Financeiro da Secretaria de Educação. Salienta-se que apesar da constatação da existência de dificuldades de comunicação entre os setores envolvidos (Divisão de EJA e setor financeiro da Secretaria), nenhuma medida foi tomada para solucionar o problema. Dessa forma, o achado permanece como **não sanado**.



4. MONITORAMENTO E INDICADORES DE DESEMPENHO

Achado 12: A gestão da EJA não dispõe de indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa.

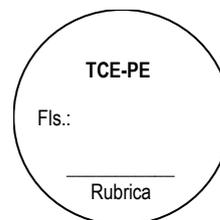
Quando da realização da auditoria, observou-se que a gestão da EJA não dispunha de indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa, fato que foi tratado como um achado de auditoria. Foi promovida, à época, uma oficina com os gestores da Diretoria de Ensino, com a finalidade de discutir e propor alguns indicadores de desempenho, que deveriam ser gradativamente implantados e acompanhados. Nesse sentido, esta Corte de Contas recomendou a **implantação de indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa.**

Em seu Plano de Ação, a gestão informou que implantaria os indicadores acordados entre o Tribunal e a gestão da EJA a partir de fevereiro de 2008 (percentual de turmas que recebem o livro didático até um mês após o início das aulas; quantidade de horas de formações e/ou aperfeiçoamentos em EJA; e percentual de satisfação dos professores com a formação em EJA), contudo, por ocasião do primeiro monitoramento da auditoria (Processo TC 0902032-9), foi verificado que a implantação ainda não havia ocorrido.

Durante o presente monitoramento, apesar de solicitado o encaminhamento de informações sobre as medições desses indicadores, por meio do Ofício CCE/GEAP_EJA3M 01/2011, de 14 de outubro de 2011, não houve resposta da Divisão de EJA. Posteriormente, as gestoras afirmaram que os indicadores ainda não haviam sido implantados. Dessa forma, pode-se afirmar que a recomendação classifica-se como **não implementada.**

Considerações sobre o achado

Levando-se em consideração o período de que dispôs a gestão da EJA para a implantação dos indicadores em questão e o prazo que a própria gestão alegou que seria suficiente para início de sua utilização, finalizado em fevereiro de 2008, sem, contudo, nenhuma ação tomada no sentido de implantar a aferição dos mesmos, o achado classifica-se como **não sanado.**



5. ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO GESTOR

Por meio do Ofício TC/GAU/09/022/2012, de 17/07/2012 (fls. 168), foi encaminhada a versão preliminar do Relatório do Segundo Monitoramento da Auditoria Operacional realizada no Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA - da Secretaria de Educação do Município de Olinda e solicitado os comentários do gestor e dos demais responsáveis acerca do grau de implementação das recomendações constantes do referido relatório.

Em primeira resposta, o **Sr. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS FILHO**, Secretário de Educação da Prefeitura de Olinda, solicitou por meio do Ofício nº 708/2012 GAB/SEDO, protocolado em 29/08/2012 (fls. 169), prorrogação de 15 dias, a partir da data de recebimento do ofício, para o envio dos comentários acerca do grau de implementação das recomendações constantes no Relatório do Segundo Monitoramento da avaliação do EJA.

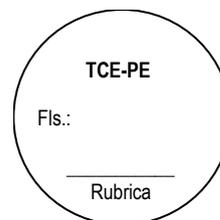
Por meio do Ofício nº 742/2012 GAB/SEDO, protocolado em 11/09/2012 (fls. 170), o **Sr. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS FILHO**, enviou resposta acerca da avaliação realizada no segundo monitoramento do Programa de Educação de Jovens e Adultos. No documento, o gestor informa de forma consolidada, a situação atual da EJA relativa a cada recomendação proposta no relatório preliminar (*vide* quadro nas fls. 171 a 174).

Na coluna ‘Situação Atual’ do quadro apensado são descritas quais as ações que serão executadas como também, as que já foram implementadas. Para cada recomendação são indicados os respectivos setores responsáveis pelas ações, entretanto, sem indicar o nome do gestor responsável.

Em relação aos achados e recomendações apresentados no relatório preliminar deste segundo monitoramento da Avaliação do EJA, o gestor não discordou de nenhum dos pontos apresentados pela equipe de auditoria, apenas cometeu alguns equívocos. O primeiro foi quanto à recomendação sugerida pela equipe de auditoria para implantar indicadores de desempenho para o gerenciamento do EJA, pois discorre que o PEJA, onde os recursos financeiros eram disponibilizados pelo Governo Federal para o desenvolvimento das ações da EJA, não existe mais e que o financiamento da EJA está incluso no FUNDEB (fls. 173). No entanto, o que está contido no item 4 do relatório enviado ao gestor refere-se à gestão da EJA, que não dispõe de indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa.

É importante ressaltar que no Plano de Ação, a gestão da EJA informou que implantaria os indicadores acordados a partir de fevereiro de 2008, contudo, **no primeiro e no segundo monitoramentos da auditoria operacional, foi verificado que a implantação ainda não havia ocorrido.**

Outro equívoco cometido pelo gestor é quanto aos textos das recomendações contidos no quadro juntado ao processo. Em vez de remeter à EJA, os textos das recomendações citam o PEJA (*vide* fls. 174). O que possivelmente foi decorrente de erro de digitação quando da transcrição textual. Salienta-se também, que o gestor não apresenta ações para implementar as recomendações sugeridas pela equipe de auditoria.



Outra recomendação que ficou sem proposta de implementação foi a referente à inclusão dos alunos da EJA nas políticas que visem à profissionalização de jovens e adultos, a exemplo do previsto no Projeto Brigada Paulo Freire.

Portanto, conforme discorrido acima e por não ter tido contestações sobre os achados apresentados no relatório preliminar, permanece inalterado o presente relatório de auditoria em relação ao relatório preliminar enviado ao gestor, quanto aos achados e recomendações.

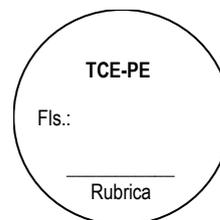
6. CONCLUSÃO

A gestão da Divisão de EJA permanece com dificuldade em fazer o acompanhamento do rendimento e desempenho dos alunos no decorrer do ano letivo, pois ainda há deficiências quanto à obtenção de dados nas escolas municipais, decorrentes da falta de pessoal especializado (inspetores) e da ausência de uma rotina de coleta dos dados. Percebe-se que ocorre o acompanhamento do rendimento e do desempenho apenas ao final de cada ano letivo, dificultando o planejamento de ações mais tempestivas, por parte da Divisão e, até mesmo, das direções escolares, diante das deficiências que ocorrem ao longo do ano. Contudo, ressalta-se que houve melhora no controle de preenchimento dos diários de classe, por parte dos professores. Pode-se afirmar, portanto, que o achado foi **atenuado**.

Quanto à definição de ações específicas voltadas para atuação junto aos alunos faltoso/desistentes, as informações obtidas junto às direções das dez escolas visitadas demonstram que havia uma preocupação no preenchimento pleno da ficha de matrícula, contudo, tal prática não resultou em ações sistemáticas para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA e sim em ações individualizadas por escola. Salienta-se que a SEDO realizou, em abril de 2010, reunião com diretores e coordenadores que resultou no planejamento de ações para minimizar os índices de evasão, reprovação e desistências. Essas ações de combate à evasão escolar foram formalizadas no Plano de Ação EJA, que tem entre seus objetivos a realização de trabalhos que resgatem a autoestima e valorizem a identidade dos alunos. Apesar dos avanços realizados, tendo em vista que inexistente procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA, pode-se concluir que o problema foi apenas **atenuado**.

As dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Educação, referentes à disponibilização tempestiva e uniforme dos livros didáticos às escolas, não mais subsistem, tendo em vista que tal atribuição passou para o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático.

No que concerne aos materiais didáticos, a Secretaria Municipal conseguiu instituir ações que resultaram na resolução do problema de atraso nas entregas. No exercício de 2010 ainda houve dificuldades, de forma que algumas escolas não conseguiram receber os kits dos alunos no início do ano. Contudo, no exercício de 2011, todas as escolas receberam os materiais didáticos ao longo do mês de fevereiro. A deficiência que persiste refere-se à inexistência de um mecanismo de controle de estoque, que disponibilize às escolas



informações confiáveis para melhor gerenciamento dos materiais disponíveis. Nesse sentido, a auditoria entende que o achado em questão foi sanado, merecendo apenas uma atenção especial em relação à necessidade de estabelecimento do mencionado controle.

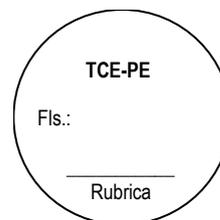
Com base nos dados adquiridos por meio da aplicação de um questionário a alunos e professores, foi possível verificar o grau de satisfação dos mesmos quanto aos livros adotados pela EJA. De acordo com os resultados obtidos, na percepção dos professores e alunos, houve melhorias nos livros didáticos adotados em relação à última medição de satisfação realizada pela equipe de auditoria deste Tribunal. A pesquisa revelou que 84,6% dos professores consideram os livros adotados de boa qualidade e que 92,7% avaliam que os livros didáticos adotados atendem à proposta curricular em vigor. Dessa forma, o achado em questão foi **sanado**.

Quanto à adequação das capacitações ofertadas aos professores da EJA às suas necessidades, salienta-se que a Divisão de EJA, apesar de fornecer documentação referente aos cursos realizados nos anos de 2010 e 2011, não conseguiu comprovar a participação dos professores vinculados à EJA nas avaliações sobre as formações realizadas por eles. Adicionalmente, com base na análise dos dados dos questionários aplicados pela equipe de auditoria aos professores, foi possível identificar que apenas 38,5% dos professores entrevistados consideraram o conteúdo das capacitações como proveitoso para a sua atuação em sala de aula. Pelas evidências apontadas neste relatório, decorrentes das análises realizadas na documentação disponibilizada, das entrevistas junto aos educadores e das reuniões realizadas com a gestão da EJA, constatou-se que houve diminuição na oferta de formações específicas para EJA. Diante do exposto, o achado foi considerado como **não sanado**.

Quanto à aferição do cumprimento da carga horária pelas turmas de EJA, salienta-se que foi estabelecido um sistema de controle alternativo, pela gestão da EJA, com base na quantificação de dias letivos. Nesse sentido, foi solicitada a ficha de acompanhamento dos dias letivos cumpridos em cada turma de EJA, para os exercícios de 2010 e 2011. Entretanto, tal documentação não foi fornecida. Adicionalmente, verificou-se que a prática da reposição de aulas para as turmas que não cumpriram os dias letivos fica prejudicada, pois, levando-se como paradigma o ano letivo de 2011, com previsão de 203 dias letivos, ou seja, apenas três dias para a reposição de aulas, considerando-se o quantitativo mínimo de 200 dias letivos, estabelecido pelo MEC. Com base no exposto, conclui-se que não há um acompanhamento sistemático de tal informação.

Vale ressaltar que os fatores externos representam grande impacto no efetivo cumprimento da carga horária necessária à oferta do conteúdo programático da EJA. Tais fatores impactam negativamente, devendo ser considerados quando da análise do problema em questão. Nesse sentido, permanece a necessidade de aprimoramento do controle da reposição das aulas, quando identificado o não cumprimento da quantidade de dias letivos mínimos.

Não obstante o esforço inicial, por parte da gestão, em articular ações de diversos órgãos para minimizar os efeitos externos que interferem na escolarização de jovens e adultos,



constatou-se, que tais ações resumiram-se às previstas na “Brigada Paulo Freire”. Dessa forma, é necessário que exista maior amplitude de articulação de modo a incluir outros órgãos públicos e programas do município de forma mais efetiva, tendo em vista o elevado percentual de abandono dos alunos de EJA. Não se pode desconsiderar, contudo, o importante papel da “Brigada Paulo Freire” como agente articulador de ações, de modo que o presente achado foi considerado **atenuado**, cabendo verificações posteriores a fim de concluir sobre as consequências desta articulação, junto a professores e alunos de EJA.

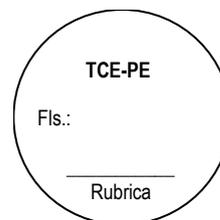
Quanto à oferta de turmas diurnas de EJA, ressalta-se que este aspecto escapa ao controle da gestão por estar diretamente relacionado com a existência de demanda específica. São considerados fatores influenciadores dessa demanda as dificuldades de deslocamento do público-alvo e, em muitas vezes, as peculiaridades relativas às suas vidas pessoais. Consequentemente, a oferta de turmas dependerá efetivamente da procura, que vem se tornando menor. Atualmente, ainda existe a oferta de tais turmas na Escola Professora Norma Coelho (CAIC), na forma de uma turma compartilhada, abrangendo os níveis II e III. Nesse sentido, observa-se que a Prefeitura disponibiliza condições de acesso à EJA, conforme a demanda, portanto, considera-se o achado como **sanado**.

De acordo com dados fornecidos pela SEDO, entre os anos de 2008 e 2010, a média de desistência de alunos da EJA alcançou um percentual de 46,92%. Os dados coletados pela equipe de auditoria, por meio da aplicação de questionários aos alunos, identificaram entre os principais fatores relacionados à desistência: choque (incompatibilidade) de horário com o trabalho; e problemas particulares (família, saúde, etc.). Tais resultados são bastante próximos aos apontados pelo IBGE na pesquisa divulgada em 2007 sobre educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos¹⁷, revelando que, dentre os motivos para a não conclusão do curso apontados por aquelas pessoas que frequentaram a EJA anteriormente, entre os principais estava o fato de o horário das aulas não ser compatível com o horário de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%).

Assim, percebe-se que o elevado número de desistências entre os alunos da EJA em Olinda reflete o cenário nacional e merece atenção especial, pois parte dos motivos apresentados pode ser minimizado a partir de uma política para a educação que contemple ações de intervenção das escolas e demais segmentos envolvidos na EJA nas causas que vem gerando desistências. Dessa forma, embora ainda haja necessidade de avanços, considera-se que o presente achado foi atenuado, pois a porcentagem de desistência manteve uma média elevada nos três anos analisados.

Foi constatada a realização do Planejamento Estratégico Participativo no exercício de 2011, acerca das necessidades estruturais e de pessoal da Secretaria de Educação. O mencionado planejamento envolveu uma fase de diagnóstico participativo, quando foram levantadas as principais queixas e percepções dos servidores integrantes da equipe de gestão educacional. Em relação à estrutura física disponível, as dificuldades foram amenizadas pela

¹⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoe rendimento/pnad2007/suplementos/jovens/default.shtm>. Acesso em: 04/08/09.



realocação de alguns setores da Secretaria em espaço físico maior, contudo, ainda permanecem as dificuldades de acesso à internet.

Quanto à disponibilidade de pessoal, a Secretaria realizou concurso público em 2011 e existe expectativa de disponibilização de novos servidores para a EJA. Contudo, os aprovados no concurso têm sido chamados aos poucos e ainda estão em fase de treinamento. Dessa forma, a Divisão de EJA ainda não foi beneficiada. Tendo em vista a disponibilização de melhor espaço físico, a elaboração do Planejamento Estratégico e a realização do concurso, o achado foi considerado **atenuado**.

Quanto à dificuldade da Divisão de EJA de receber informações orçamentário-financeiras detalhadas do Departamento Financeiro da Secretaria de Educação, salienta-se que, apesar da constatação da existência de dificuldades de comunicação entre os setores envolvidos (Divisão de EJA e setor financeiro da Secretaria), nenhuma medida foi tomada para solucionar o problema. A análise das peças orçamentárias que trazem o detalhamento das despesas de educação básica possibilita a constatação de que àquelas relacionadas à EJA não podem ser facilmente identificadas.

Apesar de constatada a necessidade de realizar, desde o primeiro monitoramento, uma identificação mais detalhada das despesas para facilitar o fornecimento das informações, e de mencionada a intenção, por parte da gestão do setor financeiro, de implantar tal prática já para o exercício de 2010, não houve mudanças na situação. No que se refere ao exercício de 2011, a Divisão de EJA, mais uma vez, demonstrou dificuldades de acesso aos relatórios com especificação das despesas da EJA. Das informações orçamentárias e financeiras relacionadas à EJA, apenas àquelas concernentes a folha de pagamento podem ser identificadas, de forma específica, nos relatórios orçamentários. Tendo em vista que permanecem queixas dos dois principais atores envolvidos na questão, quais sejam o setor financeiro e a Divisão de EJA, acerca da necessidade de maior interação e de fornecimento de informações, o achado permanece como **não sanado**.

Desde o exercício de 2008, em seu Plano de Ação, a gestão da EJA informou que implantaria os indicadores resultantes de um consenso entre a auditoria e os gestores - percentual de turmas que recebem o livro didático até um mês após o início das aulas; quantidade de horas de formações e/ou aperfeiçoamentos em EJA; e percentual de satisfação dos professores com a formação em EJA. Contudo, até o presente momento, os mencionados indicadores ainda não foram implantados. Levando-se em consideração o período de que dispôs a gestão da EJA para a implantação dos indicadores em questão e o prazo que a própria gestão alegou que seria suficiente para início de sua utilização, finalizado em fevereiro de 2008, sem, contudo, que nenhuma ação fosse tomada no sentido de implantar a aferição dos mesmos, o achado classifica-se como **não sanado**.

A situação de implementação das recomendações e dos achados de auditoria está disposta, de forma consolidada, nos Gráficos 7 e 8.

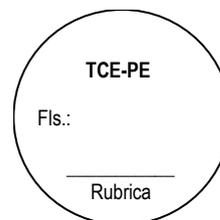
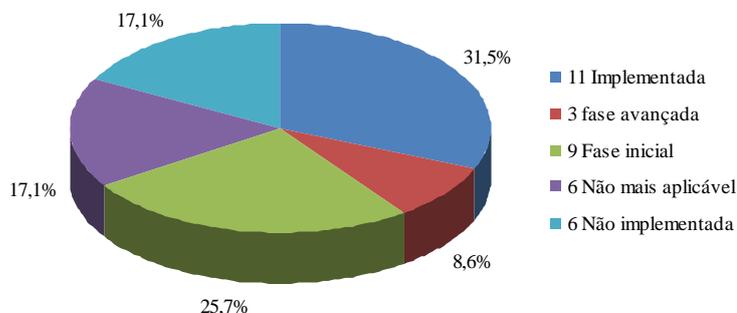
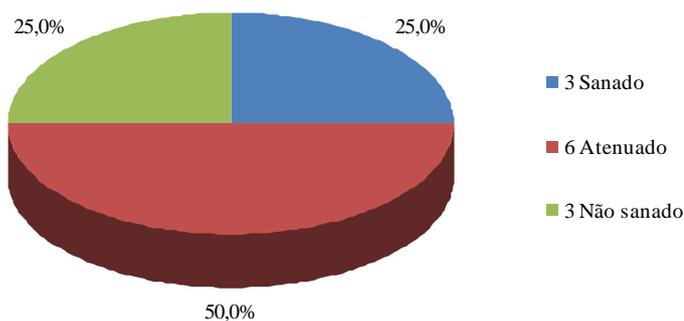


Gráfico 7 – Situação de implementação das recomendações



Fonte: Equipe de auditoria

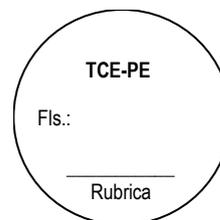
Gráfico 8 – Situação dos achados negativos de auditoria



Fonte: Equipe de auditoria

Diante da situação demonstrada nos gráficos, propõe-se a realização de mais um monitoramento para análise dos achados que se encontram atenuados e dos ainda não sanados. O Quadro 3 (Apêndice A) traz o detalhamento da situação dos achados e recomendações ao final do primeiro e do segundo monitoramentos.

Quanto à manifestação do Gestor sobre os achados e recomendações apresentados no relatório preliminar do segundo monitoramento, observa-se que não há discordância de nenhum dos pontos apresentados pela equipe de auditoria. Entretanto, não foram apresentadas ações para as implementações de quatro recomendações: implantação de indicadores de desempenhos, identificação e eliminação das dificuldades enfrentadas pelo Departamento financeiro para o fornecimento de informações orçamentárias e financeiras, manutenção de relatórios atualizados sobre a execução financeira do EJA e inclusão dos alunos de EJA nas políticas que visem à profissionalização de jovens e adultos.



7. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Diante da avaliação da implementação de algumas recomendações e visando contribuir para a melhoria do desempenho do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA –, propõe-se a esta Corte autorizar a realização de mais um monitoramento para análise das recomendações que se encontram em fase de implementação e das que não foram iniciadas e as seguintes deliberações:

À Diretoria de Plenário deste Tribunal:

1. Encaminhar cópias da decisão e do Relatório Consolidado do Segundo Monitoramento no Programa de Educação de Jovens e Adultos à Secretaria de Educação do município de Olinda, à Controladoria Geral do Município de Olinda, ao Conselho Municipal de Educação de Olinda e ao Conselho Estadual de Educação;
2. Encaminhe cópia da decisão ao Departamento de Controle Municipal para subsidiar o julgamento da prestação ou tomada de contas, na forma dos artigos 6º e 8º da Resolução TC nº 014/2004; e
3. Encaminhar este processo à Coordenadoria de Controle Externo para a realização do terceiro monitoramento.

Recife, 18 de setembro de 2013.

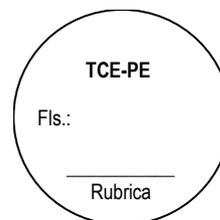
Candice Ramos Marques
Auditora das Contas Públicas
Mat. 1618

André Augusto Viana
Técnico de Inspeção de Obras Públicas
Mat. 0252

Arnóbio Vanderlei Borba
Técnico de Inspeção de Obras Públicas
Mat. 0443

Visto e aprovado.

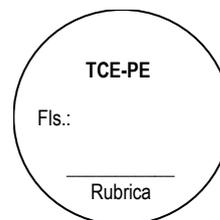
João Antônio Robalinho Ferraz
Técnico de Auditoria das Contas Públicas
Mat. 1000
(Gerente da GEAP)



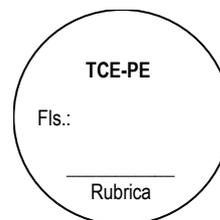
APÊNDICE A

Quadro 3 – Situação dos achados e da implementação das recomendações

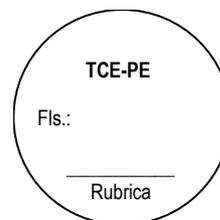
Item do Relatório	Decisão TC 1143/07	Situação	
		Primeiro monitoramento	Segundo monitoramento
3.1	Adequação dos controles para o gerenciamento da EJA.	-	-
Achado 1	A gestão do Programa não dispõe de informações tempestivas acerca do desempenho dos alunos.	Atenuado	Atenuado
Recomendação	Promover avaliação uniforme e sistemática, ainda que amostral, dos alunos ao final do ano para aferir seu desempenho.	Fase avançada de implementação	Fase avançada de implementação
Recomendação	Sistematizar uma proposta que defina as competências necessárias para o ingresso em cada nível de EJA.	Implementada	Implementada
Recomendação	Padronizar a avaliação dos alunos que ingressam na EJA a fim de verificar a turma correspondente ao seu nível de conhecimento.	Não implementada	Não implementada
Recomendação	Criar mecanismo que permita a obtenção periódica dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe.	Fase inicial de implementação	Não implementada
Recomendação	Criar mecanismo para obtenção das informações sobre o rendimento dos alunos disponíveis na DARE, ao longo do período letivo em curso.	Fase avançada de implementação	Não implementada
Recomendação	Criar mecanismo para obtenção, nas escolas, das informações sobre rendimento dos alunos (observação da quantidade de aprovados, reprovados, transferidos e desistentes), disponibilizando-o ao longo do período letivo em curso.	Fase avançada de implementação	Fase inicial de implementação
Recomendação	Garantir que todos os professores preencham o diário de classe no que toca ao desempenho dos alunos.	Fase inicial de implementação	Implementada
Achado 2	Inexistência de procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA.	Não sanado	Atenuado
Recomendação	Realizar discussão com os diretores das escolas que possuem turmas de EJA, elaborando mecanismo para contatar os alunos faltosos ou evadidos, a fim de trazê-los de volta à sala de aula.	Fase inicial de implementação	Fase avançada de implementação
Recomendação	Garantir que os dados para contato com o aluno (endereço e telefones) sejam preenchidos na ficha de matrícula.	Fase avançada de implementação	Implementada
3.2	Adequação do material didático disponibilizado e da formação dos professores às necessidades da EJA.	-	-
Achado 3	Em 2006, a entrega de livros e outros materiais didáticos não ocorreu com tempestividade, nem uniformidade entre as escolas.	Não sanado	Sanado
Recomendação	Identificar e sanar as dificuldades enfrentadas pelo setor responsável pelas licitações da SEDO, de forma a não comprometer a distribuição de livros e materiais didáticos da EJA no início do ano letivo.	Não implementada	Não mais aplicável



Item do Relatório	Decisão TC 1143/07	Situação	
		Primeiro monitoramento	Segundo monitoramento
Recomendação	Definir os itens e quantitativos básicos de materiais didáticos, distribuindo-os às escolas no início do ano letivo.	Fase inicial de implementação	Fase avançada de implementação
Recomendação	Garantir que a distribuição de materiais didáticos seja realizada de forma a contemplar uniformemente todas as escolas.	Não implementada	Implementada
Recomendação	Identificar as falhas no processo de distribuição, adotando as providências necessárias que garantam a distribuição de livros didáticos no início do ano letivo.	Não implementada	Não mais aplicável
Recomendação	Definir os responsáveis nas escolas pelo recebimento e posterior repasse dos livros e materiais didáticos para professores e alunos.	Não implementada	Implementada
Achado 4	O livro adotado não atende às necessidades dos professores e alunos da EJA, segundo a percepção desses atores.	Não mensurado	Sanado
Recomendação	Verificar a adequação dos livros às respectivas turmas/níveis de EJA, identificando as dificuldades enfrentadas por professores e alunos, adotando providências para saná-las.	Fase inicial de implementação	Implementada
Recomendação	Realizar ações com o intuito de diagnosticar e tratar possíveis problemas na visão dos alunos da EJA, e viabilizar a aquisição de óculos de grau, mediante, por exemplo, parcerias com órgãos e entidades da área de Saúde nas esferas municipal, estadual e federal.	Fase inicial de implementação	Fase inicial de implementação
Achado 5	As capacitações oferecidas não têm sido adequadas às necessidades dos professores.	Não sanado	Não sanado
Recomendação	Utilizar resultado de pesquisa junto a professores e coordenadores pedagógicos no planejamento das capacitações no que se refere ao seu conteúdo e formato.	Fase inicial de implementação	Fase inicial de implementação
Recomendação	Estruturar programa de formação continuada específica para EJA, com carga horária compatível com os conteúdos a serem trabalhados, adotando o horário mais adequado para a maioria dos professores.	Fase avançada de implementação	Fase inicial de implementação
3.3	Fatores externos interferiram na escolarização de jovens e adultos da EJA.	-	-
Achado 6	A carga horária não vem sendo cumprida integralmente nas turmas de EJA por conta de fatores externos ao programa.	Atenuado	Atenuado
Recomendação	Realizar levantamento em parceria com os diretores das escolas para verificar qual a carga horária efetivamente cumprida por cada turma de EJA.	Implementada	Não implementada
Recomendação	Medir e comparar o desempenho dos alunos, de acordo com avaliação padronizada a ser instituída, das turmas que recebem e das que não recebem aulas dentro da carga horária prevista.	Não mais aplicável	Não mais aplicável



Recomendação	Realizar discussão com professores e diretores, definindo alternativa para garantir a disponibilização do conteúdo mínimo necessário para o desenvolvimento das competências dos alunos de EJA em consonância com a proposta pedagógica adotada e diante das possibilidades reais de cumprimento de carga horária.	Implementada	Não mais aplicável
Item do Relatório	Decisão TC 1143/07	Situação	
		Primeiro monitoramento	Segundo monitoramento
Achado 7	A gestão do Programa não adota ações articuladas com outros órgãos e Programas do Município para fazer face aos fatores externos que prejudicam a escolarização dos alunos de EJA.	Atenuado	Atenuado
Recomendação	Promover discussão com as Secretarias do Governo Municipal no que diz respeito à integração de suas políticas no sentido de minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.	Implementada	Implementada
Recomendação	Elaborar Plano de Ação Integrada para fazer face às dificuldades externas enfrentadas pelos alunos de EJA com vistas a estimular sua permanência e bom aproveitamento, ou estender as ações previstas na “Brigada Paulo Freire” aos alunos de EJA.	Fase inicial de implementação	Implementada
Recomendação	Promover discussão com os órgãos e gestores de programas da Secretaria, adotando alternativas de integração, no sentido de minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.	Implementada	Implementada
3.4	Acesso e permanência na EJA.	-	-
Achado 8	Público-alvo tem dificuldade de acesso à EJA.	Atenuado	Sanado
Recomendação	Levantar a capacidade operacional do programa e das escolas, e em havendo possibilidade de oferta de novas turmas de EJA no turno diurno, avaliar a existência de demanda, e sendo esta constatada, criar turmas em caráter experimental.	Implementada	Implementada
Achado 9	Dificuldade de permanência dos alunos na EJA.	Atenuado	Atenuado
Recomendação	Trabalhar nas capacitações dos professores conteúdos destinados a elevar a autoestima dos alunos, ressaltando que a escolarização é um direito de todos.	Fase inicial de implementação	Fase inicial de implementação
Recomendação	Divulgar experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA.	Fase inicial de implementação	Fase inicial de implementação
Recomendação	Realizar estudo da demanda por turmas dos níveis 4 e 5 nas escolas e incluir tais turmas no planejamento anual da EJA, com definição das escolas que oferecerão essas turmas, quantitativo de turmas, período de matrícula e data de início e término de aulas. Divulgar essas informações nas escolas com antecedência, incentivando os alunos concluintes do nível 3 a continuarem os estudos.	Implementada	Não mais aplicável
Recomendação	Incluir alunos de EJA nas políticas que visem à profissionalização de jovens e adultos, a exemplo do	Não implementada	Fase inicial de implementação

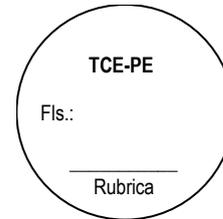


	previsto no Projeto Brigada Paulo Freire.		
Recomendação	Promover articulação com o Governo do Estado, com o intuito de ampliar a oferta turmas nos níveis 4 e 5 da EJA.	Não mais aplicável	Não mais aplicável
3.5	Outros achados	-	-
Achado 10	A estrutura física e de pessoal disponibilizada para a Diretoria de Ensino e para a Divisão de EJA é insuficiente para o gerenciamento eficiente da EJA.	Não sanado	Atenuado
Recomendação	Elaborar estudo sobre a estrutura física e de recursos humanos necessária para o gerenciamento da EJA .	Fase inicial de implementação	Implementada
Item do Relatório	Decisão TC 1143/07	Situação	
		Primeiro monitoramento	Segundo monitoramento
Recomendação	Disponibilizar à Diretoria de Ensino e, em especial, à Divisão de EJA a estrutura física e de recursos humanos necessária para o gerenciamento do programa.	Não implementada	Fase inicial de implementação
Achado 11	A equipe da EJA não recebe informações orçamentário-financeiras sobre a EJA do Departamento Financeiro da Secretaria de Educação.	Não sanado	Não sanado
Recomendação	Identificar e sanar as dificuldades enfrentadas pelo Departamento Financeiro para o fornecimento de informações orçamentárias e financeiras consistentes e tempestivas da EJA.	Fase inicial de implementação	Fase inicial de implementação
Recomendação	Manter relatórios atualizados sobre a execução orçamentária e financeira da EJA e enviá-los mensalmente à equipe gestora.	Não implementada	Não implementada
4	Indicadores de desempenho	-	-
Achado 12	A gestão da EJA não dispõe de indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa	Atenuado	Não sanado
Recomendação	Implantar indicadores de desempenho para o gerenciamento da EJA.	Não implementada	Não implementada

Fonte: Equipe de auditoria



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Coordenadoria de Controle Externo-CCE
Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos – GEAP

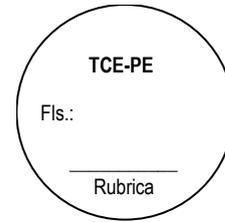


ANEXOS

ANEXO A - PROJETO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (ORÇAMENTO ATÉ AGO/2011) E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012



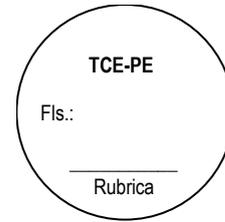
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Coordenadoria de Controle Externo-CCE
Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos – GEAP



ANEXO B - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ALUNOS DA EJA, ANO 2011 (GRÁFICOS)



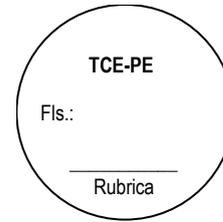
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Coordenadoria de Controle Externo-CCE
Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos – GEAP



ANEXO C - DOCUMENTAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E RECEBIMENTOS DOS MATERIAIS DIDÁTICOS, 2010 E 2011 (COMUNICAÇÕES INTERNAS E PROTOCOLOS)



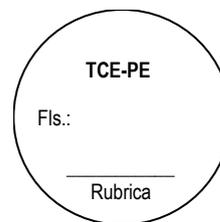
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Coordenadoria de Controle Externo-CCE
Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos – GEAP



**ANEXO D - DOCUMENTAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS,
2010 E 2011 (COMUNICAÇÕES INTERNAS E PROTOCOLOS)**



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Coordenadoria de Controle Externo-CCE
Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos – GEAP



ANEXO E – COMPARATIVOS DE DESPESAS AUTORIZADAS, 2009 E 2010